

DETERMINAÇÃO, UNIDADE, CONFIANÇA!

Editorial

REFAZER A UNIDADE PARA DEFENDER A DEMOCRACIA

O primeiro Presidente eleito da segunda República é já conhecido. O general Ramalho Eanes, como era de prever, recolheu a maioria absoluta dos votos logo ao primeiro escrutínio e vai em breve ser empossado nas suas altas funções.

As circunstâncias que rodearam a escolha e a apresentação das candidaturas e a forma como decorreu a campanha eleitoral provocaram uma distribuição dos votos pelos quatro candidatos que se traduziu numa certa «desarrumação», aparente e ocasional, do eleitorado português, relativamente às últimas eleições.

O facto já está a motivar a especulação nos arraiais do anticomunismo.

É significativo que o Secretariado Nacional do PS fale em «derrota histórica do PC» jogando com a imaturidade política de um largo sector do eleitorado e procurando confundir os factos.

Continua na pág. 2

Logo após a divulgação dos resultados das eleições presidenciais, a Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português divulgou uma nota contendo algumas conclusões imediatas sobre os resultados. Na nota aponta-se a todos os militantes, como directrizes de acção fundamentais na hora presente, o reforço da organização, o fortalecimento da sua ligação com as massas, uma contínua preocupação com a ampla unidade das massas trabalhadoras e de todas as forças democráticas. Acentua-se também que continua a ser um ponto chave da situação política nacional a formação de uma maioria de esquerda e de um Governo de esquerda, com base na indispensável unidade de esforços do PCP e do PS. «É com confiança — salienta a nota — que a Comissão Política do CC do PCP encara o futuro do desenvolvimento do Partido e o revigoramento das forças de esquerda nacionais que não-de conduzir o processo democrático do nosso país para um Portugal renovado, rumo ao socialismo».

O GENERAL RAMALHO EANES NOVO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Do sufrágio realizado em todo o território nacional no passado domingo resultou a eleição, para o alto cargo de Presidente da República, do general Ramalho Eanes, que desde há meses desempenhava as funções de chefe de Estado-Maior do Exército. Com a eleição do novo Presidente, e após as recentes eleições para a Assembleia da República,

está assim dado um passo mais na institucionalização do novo regime democrático português, objectivo este pelo qual o Partido Comunista Português, primeiro nas duras condições do fascismo, depois no desenvolvimento do processo democrático posterior ao 25 de Abril de 1974, sempre lutou denodadamente.

O Povo Português vai assim consolidando a armadura jurídica e legal consignada na Constituição e, no respeito da lei fundamental, onde claramente se consagra o futuro socialista de Portugal, saberá conquistar a paz, a prosperidade e a independência que constituem os seus mais fundos anseios e lhe trarão a felicidade.

VIVA A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE!

A República Popular de Moçambique comemorou em 25 de Junho o primeiro aniversário da sua independência, que foi o coroar de uma longa e árdua luta contra o opressor colonialista.

Sob a direcção da FRELIMO, os patriotas moçambicanos, todo o povo de Moçambique alcançou, há um ano, a sua emancipação e liberdade. Trata-se, hoje, da construção do país em que, como refere o Presidente Samora Machel, se impõem tarefas de «vigilância contra o inimigo interno e externo, as ideias erradas e os desvios ideológicos, contra

o tribalismo, o regionalismo e o racismo».

O balanço positivo de um ano de consolidação da vitória, durante o qual se verificou um aumento da produtividade, a batalha pela destruição das raízes e vestígios do colonialismo, as medidas sociais de grande alcance e a estruturação de uma economia planificada, permitem aos moçambicanos encararem o futuro com esperança, lançarem as bases da construção de uma nova sociedade.

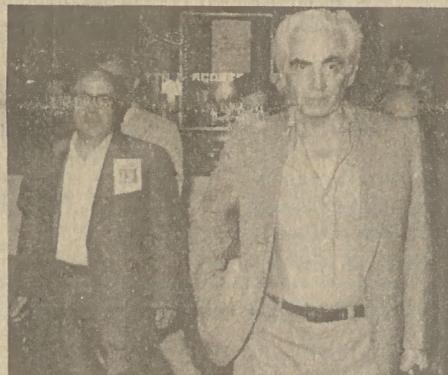
A comemoração da independência, tão dificilmente obtida, que é

também o festejar das vitórias até hoje alcançadas, associou-se o Partido Comunista Português, que refere na sua mensagem à FRELIMO:

«Ao longo destes dois anos de um processo revolucionário acidentado e complexo, o PCP tem defendido com firmeza, antes e depois da proclamação da independência da República Popular de Moçambique, as suas posições internacionalistas e simultaneamente patrióticas, em relação à FRELIMO e ao povo irmão moçambicano.»



CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS DA EUROPA



A delegação portuguesa à partida para Berlim

Reuniu-se em Berlim, capital da República Democrática Alemã, a Conferência dos Partidos Comunistas Operários da Europa, que constituiu um importante passo para o reforço da unidade e da cooperação entre aqueles que o nosso Continente, nas mais diversas condições, desde os que enfrentam a repressão anticomunista até aos que já constroem o socialismo desenvolvido, lutam por um futuro mais feliz para todos os homens. O Partido Comunista Português, que desde o início participou activamente nos trabalhos preparatórios da Conferência, esteve presente na histórica reunião através de uma delegação chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral, e que incluía ainda os camaradas Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do CC, Carlos Aboim Inglês, do Comité Central, e Helena Costa, colaboradora do CC. Neste número do «Avante!» publicamos uma crónica de Ruben de Carvalho, nosso enviado especial à Conferência.

Pág. 5

AS BOMBAS DO FASCISMO

As forças fascistas e reaccionárias continuam a desencadear, impunemente, em muitas regiões do País, actos terroristas que têm por objectivo aniquilar as liberdades e a democracia. Os atentados terroristas sucedem-se sem que as autoridades responsáveis actuem firmemente contra os criminosos.

Os recentes atentados bombistas contra a Associação de Amizade Portugal-URSS e contra a sede da Intersindical Nacional foram executados pela mesma mão e ordenados pela mesma cabeça: a mão negra da reacção, a sinistra cabeça do fascismo.

Num comunicado ontem distribuído, o Secretariado da Intersindical Nacional salienta, referindo-se ao terrorismo bombista: «Tal acção tem sido encorajada pela falta de actuação das autoridades responsáveis pela manutenção da ordem democrática e tem recebido cobertura da parte das forças políticas que, em vez de combaterem a recuperação capitalista, preferem dirigir baterias contra os trabalhadores, tentando ilegalizar a Intersindical».

Mas, conforme salienta o referido comunicado, «contra tudo isto, porém, levantar-se-á a vontade de unidade dos trabalhadores, que não se destrói à bomba».

O banditismo fascista não pode continuar a beneficiar da passividade das autoridades a quem compete a defesa da ordem democrática. As massas trabalhadoras, que viveram quase meio século debaixo da mais sinistra ditadura de terror dos monopólios e dos latifúndios, não podem permitir que as liberdades conquistadas no 25 de Abril de 1974 sejam utilizadas por todos aqueles que, à bomba ou nos gabinetes, se preparam para liquidá-las.

O terrorismo fascista já causou inúmeras vítimas. Já lançou muito sangue sobre estes dois anos de liberdade. Basta! O terrorismo não pode continuar impune!

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

A partir de hoje, o «Avante!» passará a custar 5 escudos, conforme já tínhamos anunciado há algumas semanas, em virtude do aumento de encargos. Continuando, no entanto, a ser o semanário de grande expansão que custa mais barato, o órgão central do Partido Comunista Português prosseguirá, pelo esforço dos militantes comunistas, a sua difusão junto de cada vez mais amplas massas populares.

Mas, para isso, é necessário que em cada célula e em cada organização, que em cada centro de trabalho e por todo o País, se constituam cada vez mais brigadas de distribuição e vendas do «Avante!». Que cada militante assegure no seu local de trabalho, na sua localidade, a mais ampla venda do órgão da classe operária portuguesa. As grandes tarefas da hora presente impõem-no!

Como dizia Lenine, o jornal operário é a tribuna operária. Do alto desta tribuna, os militantes comunistas dispõem de um instrumento precioso para a sua cada vez mais íntima ligação com as massas.

Que cada número do «Avante!» seja lido e discutido por todos os que estão interessados na construção em Portugal da sociedade socialista!

Em frente por uma maior difusão do «Avante!» em todos os pontos do país!

FESTA DO «AVANTE!» FESTA DA UNIDADE!



ALGUMAS CONCLUSÕES IMEDIATAS SOBRE OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES

1. Ao tomar conhecimento dos resultados das eleições presidenciais e antes de se poder fazer uma análise da situação política decorrente, a Comissão Política do CC entende fazer algumas observações sobre esses resultados.

2. Com a obtenção, pelo General Ramalho Eanes, de mais de cinquenta por cento dos votos, a eleição do Presidente da República foi decidida na primeira volta.

Tratando-se, portanto, do candidato eleito, desde já deve reter-se as suas palavras em defesa da Constituição, o seu compromisso público de aceitá-la e de cumpri-la como Chefe do Estado.

3. A colagem à sua candidatura de partidos e organizações da direita reaccionária causou sérias perturbações.

Aliás as diferentes candidaturas militares caracterizaram-se por ambiguidades e as eleições desenrolaram-se num clima de inquietação que foram as principais causas dos grandes deslocamentos de votos que se verificaram em todos os grandes partidos.

É indispensável tirar lições desses deslocamentos de votos mas não se deve julgar que estas eleições apontam para uma nova arrumação do eleitorado.

4. Em relação à candidatura de Ramalho Eanes cerca de um milhão de votantes dos partidos que o apoiaram afastaram-se das indicações partidárias respectivas abstendo-se ou dando o seu voto a outros candidatos.

Isto sucedeu principalmente porque o eleitorado dos partidos reaccionários não o via como o seu próprio candidato e pelas dificuldades evidentes dos militantes e dos eleitores do PS em poderem entender-se com o PPD e o CDS.

5. Foi em virtude das ambiguidades referidas que o Partido Comunista decidiu apresentar um candidato seu com o propósito de defender com clareza os grandes objectivos que se colocam ao nosso país e às massas trabalhadoras.

6. A candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, nas condições concretas em que se apresentou, e apesar do apoio que lhe foi dado por pequenos partidos esquerdistas, ganhou projecção na base de uma propaganda demagógica que o apresentava como o continuador do 25 de Abril e possível vencedor. Muitos eleitores de esquerda foram atraídos para um candidato militar que, com um verbalismo revolucionário, lhes prometia o que não tinha nem podia visivelmente cumprir.

7. Em virtude disso o Partido Comunista e outras forças que apoiaram o seu candidato aproveitaram também o curto período da campanha eleitoral para procurar esclarecer todos aqueles que se sentiram atraídos por um ilusório sucesso. Embora em alguns lados tenha sido coroada de êxito esse esclarecimento, a verdade é que, à escala nacional, centenas de milhares de eleitores comunistas não ouviram os avisos que lhe foram feitos, dirigiram-se para uma candidatura enganosa e verificaram já que, com isso, nada ganhou o processo revolucionário, a defesa das grandes conquistas democráticas, a formação de um Governo de esquerda que imponha respeito à reacção e realize um programa no interesse do povo trabalhador.

8. A experiência que já hoje se pode indicar é que o Partido Comunista preveniu que a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho nunca poderia ganhar e a realidade confirmou-o.

O Partido Comunista preveniu que tudo o que dividisse as forças democráticas e enfraquecesse a posição do nosso Partido aproveitaria à reacção. E hoje o que é visível é que a ameaça da formação de um governo de direita é mais forte do que ontem. O Partido Comunista preveniu contra o relançamento de radicalismos aventureiristas, que tão

grandes prejuízos causaram já ao nosso processo revolucionário. E o que se verifica é que esses perigos aumentaram ainda mais.

9. Naturalmente que a reacção e outras forças que fazem do anticomunismo o seu alimento quotidiano procuram tirar ilações especulativas sobre a menor percentagem obtida pelo candidato comunista em relação às eleições para a Assembleia da República, "esquecendo" a grande diferença entre os dois tipos de eleições e as circunstâncias concretas em que decorreram as presidenciais.

10. A Comissão Política do CC afirma a todos os militantes do Partido que a campanha de esclarecimento efectuada à volta da candidatura de Octávio Pato constituiu uma grande acção política de massas, indispensável para combater as ilusões esquerdistas e aventureiristas. Dessa campanha resultou um fortalecimento ideológico do Partido, essencial para os seus sucessos futuros e para o desenvolvimento do nosso processo democrático.

A Comissão Política do CC chama a atenção de todos os militantes para que não se criem quaisquer dificuldades em relação a todos aqueles que, levados por uma miragem enganadora, não votaram no nosso candidato. A continuação do esclarecimento e as realidades trarão de novo esses eleitores ao nosso Partido e com eles virão outros que vão aprendendo com as experiências políticas.

A Comissão Política do CC alerta todos os militantes para que não se deixem influenciar pelas especulações a que a reacção, juntamente com os verbalistas pseudo-revolucionários, está já recorrendo, procurando minar a confiança no Partido.

11. O Partido Comunista chama a atenção de todos os trabalhadores, das massas populares, de que só uma larga unidade de esquerda pode fazer face e vencer as intenções reaccionárias de recuperação capitalista e de eliminação das liberdades democráticas. As recentes eleições presidenciais são bem uma prova de que tudo o que desune as forças democráticas, civis e militares, é altamente prejudicial ao processo democrático.

A Comissão Política do CC aponta a todos os militantes o reforço da organização, o fortalecimento da sua ligação com as massas, uma contínua preocupação com a ampla unidade das massas trabalhadoras e de todas as forças democráticas como direcções fundamentais da hora presente.

O Partido Comunista chama igualmente a atenção para a necessidade de um imenso esforço unitário entre todos os trabalhadores nas empresas e nos sindicatos, entre os pequenos e médios agricultores, entre os militares, entre todas as camadas que não querem a volta ao 24 de Abril e desejam o desenvolvimento da revolução que começou há pouco mais de dois anos.

12. Na hora presente continua a ser um ponto chave da situação política nacional a formação de uma maioria de esquerda e de um Governo de esquerda. Essa possibilidade continua a existir. Para isso é indispensável uma unidade de esforços do PCP e do PS que têm, em conjunto, a maioria dos deputados da Assembleia da República.

Os resultados das eleições presidenciais reforçam ainda mais a importância de um entendimento entre os dois partidos.

13. É com confiança que a Comissão Política do CC do PCP encara o futuro do desenvolvimento do Partido e o reavivamento das forças de esquerda nacionais que não-de conduzir o processo democrático do nosso país para um Portugal renovado, rumo ao socialismo.

Lisboa, 28 de Junho de 1976

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Editorial

REFAZER A UNIDADE PARA DEFENDER A DEMOCRACIA

Continuação da pág. 1

Importa, por isso, determo-nos um pouco sobre o carácter da eleição do Presidente da República porque há uma margem de portugueses bem intencionados que podem ser induzidos em erro pelos orquestrados anticomunistas e ser levados a ver a árvore e não a ver a floresta.

Antes de tudo, a eleição do Presidente da República representa um passo dos mais importantes na institucionalização da democracia portuguesa. Esta institucionalização — mais propriamente, esta escolha democrática dos diversos órgãos do poder — ficará concluída com as eleições para as autarquias locais em fins deste ano ou começos do próximo. Esta última será a quarta consulta eleitoral realizada no período que medeia desde o movimento vitorioso de 25 de Abril de 1974.

Quatro órgãos de soberania diferentes; quatro motivações diferentes para o eleitorado; quatro formas diferentes de arrumação de forças no terreno eleitoral.

O que é que distingue umas das outras estas quatro etapas na institucionalização da democracia portuguesa?

Como se sabe, das primeiras eleições um ano depois da revolução de Abril, saiu a Assembleia Constituinte que elaborou e aprovou a Constituição Política do País.

O traço distintivo desta primeira consulta eleitoral — a primeira etapa — é que as eleições e a composição política da Assembleia resultante da escolha dos eleitores não podiam influir na composição dos órgãos do poder nem nos programas de governo em virtude dos compromissos assumidos no Pacto Constitucional entre os partidos mais representativos e o MFA.

A própria Constituição deveria obedecer nas suas linhas gerais a esses compromissos e plasmar no seu articulado as grandes conquistas sociais e políticas da nossa revolução.

A esta luz poderia parecer à primeira vista irrelevante a força relativa dos maiores partidos intervenientes no nosso processo político dentro da Assembleia Constituinte. Viu-se, porém, logo que foram conhecidos os resultados eleitorais, como brotou o palavreado divisionista e anticomunista do «maioritário» e do «minoritário» e como este conceito passou a dominar a conduta dos partidos mais votados, na sua luta pela hegemonia do poder.

Viu-se também depois como foi decisivo o «peso» eleitoral dos partidos da esquerda na feitura de uma Constituição «minimamente digna da Revolução iniciada em 25 de Abril», como foi decisivo estar na Assembleia Constituinte uma maioria de 117 deputados socialistas, 30 comunistas e 4 do MDP/CDE, que nas questões essenciais souberam entender-se para fazer da Lei Fundamental do País um documento altamente progressista.

A segunda batalha política pela institucionalização da democracia — a eleição de deputados para a

Assembleia da República — sofreu marcadamente o influxo dos avanços e recuos da revolução e teve lugar uma correlação de forças fortemente influenciada pelos acontecimentos de 25 de Novembro de 75. Uma das consequências deste processo acidentado foi a revisão do Pacto Constitucional e a redefinição das funções e da forma de eleição do Presidente da República.

O papel da Assembleia da República como órgão de soberania distingue-se radicalmente do da Assembleia Constituinte. Da sua composição política iria resultar a possibilidade de levar avante a revolução democrática rumo ao socialismo ou, pelo contrário, faz-lo retroceder; assegurar a defesa e aplicação da Constituição no dia-a-dia da vida do País ou falseá-la e anulá-la na prática.

Quando o PCP afirmou que só uma maioria de esquerda e um governo de esquerda com socialistas e comunistas poderiam garantir o desenvolvimento correcto do processo democrático e defender as grandes conquistas da revolução contra a ofensiva dos grandes capitalistas e latifundiários, estava a indicar as únicas forças capazes de travar e vencer um tal combate.

Quando os comunistas — ante as incongruências políticas do PS e as posições de direita de alguns dos mais qualificadas dirigentes socialistas — apelaram para o voto útil na esquerda, o voto no PCP, estavam a apontar o único caminho realista e viável para atingir aqueles objectivos.

Aos eleitores portugueses de esquerda pôs-se o problema de escolher, por meio do voto, os partidos com força real para durante os quatro anos de vigeiatura da Assembleia da República assegurarem a realização das tarefas essenciais da revolução democrática a nível legislativo.

O resultado das eleições foi concludente: apesar da diminuição de 10 deputados do PS em comparação com as eleições anteriores, foram eleitos por este partido 106 deputados, o que, com os 40 eleitos pelo PCP, asseguraria dos dois partidos de esquerda uma maioria substancial na Assembleia da República, e suficiente para garantir a formação de um governo de esquerda (com o PCP, evidentemente) capaz de levar a cabo as reformas sociais, políticas, económicas e culturais implícitas na Constituição política e na própria revolução e escolheu a fórmula de governar sozinho com alguns independentes. A sua «renúncia» às alianças ocultas de certeza uma intenção conciliatória com os partidos da direita, derrotados nas eleições, uma intenção que não pode trazer benefícios ao povo português.

Os traços distintivos destas eleições em relação às anteriores são evidentes. Um outro órgão de soberania foi eleito, outras foram as motivações dos eleitores, mas a conclusão se pode tirar desde já: quando se tratou da escolha de partidos à vontade popular manifestou-se sem equívocos pelos partidos de esquerda e trouxe ao PCP um aumento notável no número dos seus votos e dos seus deputados.

Quando o PCP conclui que o aumento na sua votação nas eleições para a Assembleia da República é uma votação de qualidade, isso significa que o proletariado rural do sul por exemplo, confiou aos deputados comunistas e a nenhuns outros a defesa intransigente da Reforma Agrária que o operariado da Margem Sul do Tejo, e da Cintura Industrial de Lisboa e do distrito do Porto contam com os eleitos do PCP para ali lutarem, em concordância com a sua própria luta, pelos direitos fundamentais da classe operária, pela unidade do movimento sindical, pela defesa do controlo operário e das nacionalizações e pela elevação do nível de vida das classes trabalhadoras.

A terceira batalha pela institucionalização da democracia acaba de ser travada com a realização das eleições para a Presidência da República.

É ainda cedo para se tirarem conclusões profundas das alterações de superfície verificadas na distribuição dos votos pelos quatro candidatos.

Desde já convém assinalar que se escolheu um homem e não partidos e que toda uma complexa manobra da direita reaccionária — que foi vencida nas duas eleições anteriores — foi montada e posta em execução para anular os efeitos práticos das derrotas sofridas anteriormente.

Nestas eleições presidenciais jogaram interesses particularistas de partidos e organizações reaccionárias e de alguns agrupamentos esquerdistas; pesaram factores subjectivos, emocionais e personalistas, influíram fortemente a demagogia e as falsas esperanças semeadas entre os trabalhadores de alcançarem o impossível (e já!).

Propositadamente, os orquestradores do anticomunismo deixam na sombra as diferenças específicas entre esta eleição e as duas anteriores e exageram o insucesso aparente do PCP para silenciarem os seus próprios e clamorosos insucessos.

Sobretudo, tiram do resultado das eleições falsos argumentos para fugirem ao mandato inequívoco do povo, que votou, antes e agora, na formação de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e de um governo de esquerda com o PCP.

Os inveterados anticomunistas procuram, através das suas manobras de diversão, justificar o seu servilismo aos interesses das classes privilegiadas e os seus deslizes para a direita, ao mesmo tempo que trabalham activamente para isolar e desarticular o PCP, que eles sabem ser o defensor mais consequente do povo trabalhador.

Em malabarismos com números são então fantásticos!

Por exemplo, o Secretariado Nacional do PS, nas suas conclusões afirma que o PCP perdeu cerca de 400 000 votos a favor de Otelo. É verdade que o PCP viu o número de votantes em Octávio Pato baixar de 420 000 relativamente à votação nas listas do Partido para a Assembleia da República.

Mas o PS só põe abstenções nas outras listas — o que mesmo assim é significativo — quando nós sabemos de muitas abstenções de eleitores que antes votaram comunista. Mas então que será feito do milhão e duzentos mil votos a menos dos partidos e grupos que declararam apoiar o general Ramalho Eanes?

Admitindo mesmo que fosse verdade a transferência de votos comunistas a favor de Otelo Saraiva de Carvalho donde teriam saído os restantes 200 000 votos que faltam para preencher o espaço entre os 400 000 do PCP e os 165 000 dos grupos que apoiavam Otelo? Não será de admitir que esses 200 000 tenham saído exactamente do PS? E quem teria fornecido os 690 000 votos ao almirante Pinheiro de Azevedo? Prestam-se a muita coisa os números, como se vê até para escamotear algumas verdades dolorosas e algumas chagas incómodas do PS.

Qualquer que sejam, contudo, os malabarismos numéricos sobre os resultados das eleições há um facto que não pode ser escamoteado: é o de os 365 000 votos em Octávio Pato mais os 770 000 no major Otelo de Carvalho, mais o milhão e duzentos mil do PS exprimirem com mais força ainda que antes a vontade do eleitorado de uma política de esquerda só possível com uma maioria de esquerda e com um governo de esquerda. Com o PCP!

Aqueles que levados pela demagogia e as falsas esperanças dos verbalistas de esquerda deram o seu voto a Otelo devem nesta altura interrogar-se sobre algumas questões importantes. O major Otelo não esperou nem mais um dia para revelar os seus projectos ocultos: multiplicar os seus (?) GDUPS e trabalhar rápido para a reconstituição duma nova FAP cujo ódio aos comunistas ficou sobejamente conhecido. Foi para isso que eleitores do PCP deram o seu voto a Otelo?

Irá a FSP (e mesmo o MES cada vez mais anticomunista) embarcar de novo nesta segunda FUR sabendo-se como a outra lhes roua as entranhas?

Aqueles que enganados votaram Otelo que serão de facto a destruição (ilusória e impossível) do PCP, a vanguarda organizada da classe operária portuguesa com dezenas de anos de luta e de experiência revolucionária à frente do povo trabalhador?

A UDP, o PRP e mesmo o próprio Otelo semearam a falsa crença na sua vitória eleitoral e o PCP sempre disse ser impossível. Em numerosas inscrições que ainda hoje se podem ler diz: «Otelo à Presidência já!». Não será tempo de ir fazendo o balanço aos graves prejuízos provocados à luta revolucionária por esse símbolo da impaciência pequeno-burguesa do «Já! já!»?

A unidade dos trabalhadores e das forças democráticas é um imperativo da luta contra a ameaça do fascismo que vem da direita reaccionária. O general Eanes, agora eleito Presidente da República garantiu que defenderia e faria cumprir a Constituição. Dentro dessas grandes linhas é possível trabalhar para o reforço da nossa democracia e da nossa revolução.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DE OCTÁVIO PATO

O candidato comunista expôs perante os jornalistas as primeiras impressões sobre os resultados eleitorais e reafirmou os objectivos do PCP na presente conjuntura

Ao princípio da madrugada de segunda-feira, o camarada Octávio Pato, acompanhado pelos camaradas Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC, e Aurélio Santos, membro suplente do Comité Central do nosso Partido, compareceu na Sala de Imprensa da Fundação Gulbenkian, em cujo auditório concedeu uma conferência de imprensa aos órgãos de Comunicação Social nacionais e estrangeiros. Antes de responder às numerosas perguntas o camarada Octávio Pato, num breve improviso, referiu-se à marcha da votação e ao seu significado, tendo começado por afirmar:

«Embora consideremos que ainda é, neste momento, prematuro tirar todas as conclusões sobre as eleições para a Presidência da República, há algumas questões que podemos desde já concluir. Uma delas, na nossa opinião, é que as eleições não podem servir, de forma alguma, de contestação daquelas outras que se realizaram em Abril passado para a Assembleia da República. Isto é tanto mais importante quando já ouvimos algumas considerações que pretendem precisamente pôr em causa esse facto».

«O que há que ter bem presente — acentuou — é que os nossos 40 deputados estão e continuarão a estar na Assembleia da República a desempenhar a função que lhes cabe como deputados».

DIFERENÇA ENTRE AS DUAS ELEIÇÕES

Proseguindo, o camarada Octávio Pato afirmou: «Nós consideramos que estas eleições para a Presidência da República têm um significado diferente das eleições realizadas em Abril passado. Não ter em conta esta diferença é procurar criar certa confusão».

«No que respeita às eleições, hoje realizadas — continuou o camarada Octávio Pato — temos a opinião de que os eleitores votaram, em certa medida, com a ideia de que teria que ser um militar o futuro Presidente da República, e não um civil. Este facto, na nossa opinião, ajuda a explicar — embora não seja só esta a explicação, é evidente — os resultados da votação em torno da nossa candidatura».

Mais adiante, o candidato comunista afirmou: «Quanto aos resultados das eleições, parece que há preocupação

parte dos eleitores do Partido Socialista — acentuou, mais adiante o camarada Octávio Pato — há, efectivamente uma recusa, uma resistência, a uma convivência quer com o CDS, quer com o PPD. Aliás, isso foi manifesto no decorrer da campanha eleitoral, onde se verificou por parte de muitas

satisfeitos, se disséssemos o contrário estávamos a ludirmo-nos. Mas também não nos encontramos, no que respeita ao futuro, como pretendemos a direita. Continuamos confiantes no futuro, no futuro da luta do povo português no sentido de consolidar a democracia e de impedir aquilo que a reacção desejaria: a

unitário que lutasse por uma maioria de esquerda e por um governo de esquerda.»

DEFENDER AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

«A nossa posição política — salientou, a determinado passo, o camarada Octávio Pato — antes das eleições e

que mostra que existem condições concretas para o desenvolvimento da unidade de acção de comunistas e socialistas e de homens e mulheres de outras formações políticas, desde que estejam todos interessados em contribuir para a consolidação do processo democrático português e fazerem com

esclarecimento das perguntas que lhe eram colocadas, o camarada Octávio Pato disse: «Temos ouvido, por parte de pessoas muito responsáveis, a ideia que se propala com muita frequência de que nós somos um partido golpista, somos contra a ordem democrática e outras coisas do mesmo género. Independentemente de podermos apresentar um atestado de 48 anos de luta contra o fascismo pela ordem democrática, podemos ver que na situação actual que, nas regiões do país onde a democracia caminhou a par do progresso económico e social, onde se verificaram transformações económicas e sociais, aí, para além das liberdades democráticas e estarem realmente asseguradas no essencial, houve também um melhoria sensível das condições de vida das camaradas laboriosas e muito especialmente dos trabalhadores. Esta a realidade das regiões do país onde comunistas e socialistas têm uma força determinante.»

E acrescentou: «Nas outras regiões, onde existem os chamados partidos que se intitulam democráticos, como o CDS e o PPD, não só não existem liberdades democráticas como, no que respeita às estruturas económicas e sociais, tudo se mantém. Aí está um exemplo bem concreto de quem, na realidade, está pela ordem democrática e contra a ordem democrática, quem está pelo progresso económico e social e quem está contra ele».

Voltando a abordar o problema da unidade, o camarada Octávio Pato salientou: «Estamos dispostos a cooperar e a trabalhar com todos os portugueses e, muito especialmente, com todos os trabalhadores que estejam dispostos a unirem-se para a defesa das reivindicações dos trabalhadores, para a defesa da nossa democracia, das conquistas da nossa revolução. Esta é uma posição imutável por parte do Partido Comunista Português. Era assim no passado, foi assim no passado mais recente — depois do 25 de Abril — continua a ser no presente».

NÃO HÁ MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO SEM PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Noutro passo da sua intervenção, o camarada Octávio Pato rebateu as ideias expressas anteriormente naquela mesma sala por Otelo

Saraiva de Carvalho acerca da nocividade dos partidos políticos: «Nós consideramos essas afirmações do major Otelo de Carvalho como bastante infelizes, ao atribuir a divisão existente entre os portugueses aos partidos políticos. Quer queiramos quer não, isso conduz a uma outra ideia: os partidos políticos, se dividem os portugueses, há que pôr em causa a sua própria existência! Tal é a concepção do corporativismo, que serviu de base aos fascistas para poderem defender a inexistência dos partidos e a inexistência das liberdades democráticas».

«Colocar a ideia que são os partidos políticos que dividem os portugueses — prosseguiu o camarada Octávio Pato — é esquecer que o que divide os portugueses são as classes e as camadas sociais nas quais cada português está integrado. É esquecer a luta de classes e esquecer que há explorados e exploradores, e são estes que dividem realmente os portugueses e que cada partido traduz os interesses de cada classe e de cada camada social. Isso mostra que o major Otelo de Carvalho, quando fala em questões muito revolucionárias, esquece-se de uma verdade para nós fundamental: é que não há movimento revolucionário sem partido revolucionário. E mais: o maior Otelo está a esquecer-se que as próprias forças que apoiam e que organizaram a sua candidatura são partidos. São partidos que se procuram utilizar — e que se utilizaram — dele próprio e que agora se procuram utilizar dos GDUPs para se transformarem num outro partido».

E o camarada Octávio Pato adiantou: «Quando se faz a afirmação de que foram os partidos que dividiram os portugueses e que dividiram, até, as próprias Forças Armadas, creio que o major Otelo de Carvalho, se quiser ser objectivo e se quiser fazer uma análise correcta da situação política portuguesa nestes últimos dois anos, não pode esquecer que, dentro dos próprios militares, houve divisões de vários tipos. E não se pode dizer, rigorosamente, que foram os partidos que dividiram os militares dessas tendências».

«As forças ou pessoas que procuram escamotear esta questão estão a escamotear aquilo que é essencial na situação e na vida política portuguesa. Este problema é, por outro lado, a comprovação do papel insubstituível que o Partido Comunista Português tem, e deve continuar a desempenhar, no processo democrático português. E é também por esta mesma razão que há forças que estão profundamente interessadas em tentar enfraquecer a posição do Partido Comunista Português, porque sabem que o seu enfraquecimento é, objectivamente, o enfraquecimento das principais forças que lutam por este objectivo essencial do processo democrático português».

O CAMINHO DA REVOLUÇÃO

«O que criou dificuldades e divisões no seio de certas forças políticas foi o



O camarada Octávio Pato, acompanhado pelos camaradas Jaime Serra e Aurélio Santos

organizações e de muitos simpatizantes do Partido Socialista, a recusa em participar em acções conjuntas ao lado do CDS e do PPD».

E Octávio Pato acrescentou: «Julgamos que isto é um factor a ter em conta, e que certamente o Partido Socialista não deixará de ter em conta na sua própria actividade. Em nossa opinião, não será fácil ao Partido Socialista realizar uma política de alianças com a direita sem ter em conta os sentimentos dos seus próprios militantes, simpatizantes e eleitores».

«No que respeita à votação no major Otelo de Carvalho, ela traduz, em nossa opinião e para além de diversas razões, o desejo popular de conter a direita. Muitos votaram nessa candidatura com a esperança de que Otelo seria o eleito, não só por ser militar, mas também por estar identificado com o

formação de um governo de direita para realizar uma política abertamente de direita, contrária aos interesses do povo português e das classes trabalhadoras».

Noutro passo da sua intervenção, o camarada Octávio Pato definiu a tendência da votação como sendo uma tendência de esquerda e apontou, para isso, a soma dos votos na candidatura comunista, no major Otelo de Carvalho, e ainda os votos socialistas no almirante Pinheiro de Azevedo e no general Ramalho Eanes. E acrescentou:

«Houve um acréscimo de votos nas forças que, realmente, votam pela democracia e pela esquerda. O problema de um governo de esquerda não perdeu actualidade e é uma questão central da política portuguesa e dos problemas que se põem ao povo português. Apesar dos resultados não terem sido aquilo que desejaríamos, continuamos confiantes no futuro da democracia portuguesa».

RESPEITO PELA CONSTITUIÇÃO

Seguiu-se um período de perguntas e respostas. Numa das primeiras respostas, o camarada Octávio Pato teve ocasião de afirmar: «Os milhares de portugueses que votaram no major Otelo de Carvalho votaram na esperança de poder contribuir, desta forma, para consolidarem o processo democrático português. Isto independentemente do pensamento ou das ideias que estão por detrás de certas forças que apoiaram e continuam a apoiar o major Otelo de Carvalho. Não confundimos, de maneira nenhuma, essas forças com a massa dos eleitores».

Noutro passo, o camarada Octávio Pato referiu-se à posição do Partido Comunista perante o novo Presidente da República: «Apoliaremos o Presidente da República que for eleito desde que trabalhe para respeitar a Constituição em todos os seus aspectos. Desde que contribua, com a sua função, para que a Constituição seja integralmente respeitada, tudo o que fizer nesse sentido terá o apoio, sem dúvida nenhuma, dos comunistas portugueses. Da mesma forma que encontrará a nossa oposição a todas e quaisquer medidas que ponham em causa os princípios consagrados na Constituição, o respeito pela própria Constituição».

Mais adiante, o camarada Octávio Pato acentuou: «O facto de ter havido a candidatura do major Otelo de Carvalho e de ter atingido um dos objectivos pretendidos por algumas organizações que era tentar minar a influência de massas do Partido Comunista Português, contribuiu para dificultar um movimento

depois das eleições, continuará a ser imutável no sentido de continuarmos a defender que o futuro governo português realize uma política em conformidade com os interesses da democracia portuguesa, e em conformidade com os interesses dos trabalhadores e para a consolidação de todo o processo democrático. Lutamos no passado, continuamos a lutar no presente e continuaremos a lutar no futuro para que as conquistas fundamentais da nossa revolução, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário e as próprias liberdades democráticas — essas mesmas liberdades que em algumas regiões do país não existem e que é necessário restabelecer — sejam não só defendidas, mas consolidadas e desenvolvidas. Esta continuará a ser a nossa posição».

Mais adiante, acentuou: «Sempre defendemos a unidade mais ampla de todas as forças democráticas, de todos os trabalhadores, cujos objectivos são comuns. Quando defendemos a formação de um governo tão representativo quanto possível, é precisamente no sentido de que é necessário unir numa mesma convergência todas as forças que estejam interessadas em objectivos comuns. Mas quando há forças que, abertas e confiadamente, dizem que o seu objectivo essencial é lutar contra o partido Comunista Português, é evidente que não querem de maneira nenhuma a unidade. O que querem é a divisão dos trabalhadores, a divisão das forças democráticas».

AS PERSPECTIVAS DA UNIDADE

«A direcção do partido Socialista — afirmou o camarada Octávio Pato respondendo a um jornalista — vai procurar servir-se do resultado das eleições para tentar opôr uma maior resistência à formação de um governo de esquerda. Mas a campanha eleitoral e as próprias eleições demonstram que dentro do partido Socialista há forças poderosas que querem realmente contribuir para a formação da maioria de esquerda e do governo de esquerda. Por isso podemos concluir que, pela actividade de muitos e muitos socialistas que se recusaram a votar segundo as indicações do seu próprio partido e pelas posições públicas tomadas até por organizações do próprio Partido Socialista, há milhares de militantes que o Partido Socialista realize uma política de alianças com a direita. «Isto é um factor positivo

que a nossa democracia seja encaminhada na via da consolidação das conquistas da nossa revolução e não na via da recuperação capitalista, na via que poderá conduzir a breve prazo ao estabelecimento do poder dos monopólios e dos latifúndios e até mesmo à liquidação das próprias liberdades democráticas».

E, mais adiante: «Estamos certos que o movimento unitário de massas continuará a desenvolver-se no sentido de impor essa maioria de esquerda e esse governo de esquerda. Isso corresponde a um sentimento, corresponde às condições objectivas e corresponde também a uma necessidade da política portuguesa, muito especialmente para a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses».

QUEM LUTA PELA DEMOCRACIA?

Proseguindo no

O ESTÍMULO DA DIREITA

No decorrer da Conferência de Imprensa que o camarada Octávio Pato deu na Gulbenkian alguns jornalistas manifestaram o seu «espanto» quando o nosso camarada afirmou que os jornais reaccionários tinham estimulado a candidatura do major Otelo.

Para recordar certas memórias bom será folhear as páginas daqueles órgãos, mesmo muito antes da campanha eleitoral começar e ver todo o espaço dedicado ao referido candidato. Mas é já nos últimos dias da campanha que a imprensa reaccionária descobre o seu jogo abertamente.

Assim, «A Rua», no dia 24 de Junho, insere um artigo sobre a candidatura do major Otelo onde afirma a dada altura, depois de salientar que o anúncio daquela candidatura não lhes provocou uma gargalhada, antes «fizemos um ar grave»:

Centros táticos eleitoralistas das forças políticas conservadoras que, neste momento, detêm o Poder, consideram dever aceitar-se a candidatura do major para sufragar a ala esquerda do Partido Comunista. E dizem:

«Tudo o que prove não ser o PC aquela máquina disciplinada e monolítica que aparenta ser — serve para fortificar as posições anticomunistas; é preciso desfazer o mito de que os setecentos mil votos dos comunistas foram todos de militantes conscientes e disciplinados e de que não é possível vencer tão aguerriada como opera máquina partidária; é preciso diminuir o PC a pontos de, nem sequer em termos teóricos, lhe dar margem para impôr negociações. A candidatura Otelo Saraiva de

Carvalho dividindo a extrema-esquerda diminuiu evidentemente o PC; serve para isso, mesmo que, para isso, se tenham de distorcer os princípios e a própria lei.

O artigo de «A Rua» termina com a lapidária conclusão: «Se o PC não diminui a sua percentagem de votos — foi, além dum erro tático gravíssimo (para a direita reaccionária, acrescentamos nós), um risco extraordinário para o regime e para a ordem e paz sociais».

Também «O País», na edição de 4 de Junho, através de uma caricatura publicada a quatro colunas dá esta ideia.

Mas o leque da imprensa reaccionária que estimula a candidatura é mais vasto e vai desde o «Tempo» até ao «Expresso». No seu número de 10 de Junho o «Tempo» tinha expressões carinhosas e incentivadoras como esta para definir a candidatura do major Otelo: «aquele que mais tem despertado a curiosidade popular».

Muitas outras transcrições poderiam ser feitas, mas não vale a pena de tal forma é evidente o estímulo que a imprensa reaccionária deu aquela candidatura.

Também «A Luta» de 18 de Junho, depois de dedicar não mais que duas linhas para um desmentido apresentado pelo general Vasco Gonçalves, dedica nas páginas interiores, um extenso artigo ao assunto, reafirmando que o antigo Primeiro-Ministro, na sua deslocação ao Alto Alentejo, teria aconselhado os que o saudaram a votarem Otelo.

Bom seria, pois, que certos jornalistas estivessem informados e não esquecessem deliberadamente o que não lhes convém. Para que o seu «espanto» não se transforme em ridículo.

Um grupo de indivíduos presentes na conferência de imprensa — a maioria dos quais nem sequer representando qualquer órgão de Informação — demonstrou uma vez mais a sua queda profissional para a arruça, para a provocação, para a sabotagem baixa e caluniosa da actividade do PCP.

Revelando bem cedo que aí se encontravam, não para procurar ouvir a opinião do PCP sobre o momento político, nem, tão-pouco para colocar questões que pudessem de algum modo, contribuir para a unidade dos trabalhadores, mas apenas para lançar a confusão e a divisão no seio dos presentes — do mesmo modo que os seus «amigos» nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos quartéis, trabalham para dividir as forças de esquerda — eles deram um triste e lamentável espectáculo.

Não saberão esses senhores discutir sem calúnias, sem provocações? Não serão capazes de colocar, dentro de um espírito democrático — o mesmo espírito que deve presidir aos actos de todos aqueles que lutam pela libertação dos trabalhadores da exploração e da opressão — os problemas que a todos dizem respeito? Ou ter-se-á tratado apenas de um caso, prematuro, de triunfalismo exagerado?

Os militantes de vanguarda revolucionária da classe operária e das massas trabalhadoras não actuam desse modo. Quem actua assim são os agentes do inimigo infiltrados no seio das massas populares para as dividir e lançá-las para o abismo da derrota...

25 de Abril. E foi à volta dessa mesma esperança, em nossa opinião, que houve a votação que se verificou em torno do major Otelo de Carvalho».

Seguidamente, o camarada Octávio Pato analisou brevemente, a diminuição de votos dos eleitores comunistas e referiu-se às tentativas de aproveitamento por parte das forças da direita.

IMPEDIR A FORMAÇÃO DUM GOVERNO DE DIREITA

«Como já disse — prosseguiu o camarada Octávio Pato — as eleições para a Presidência da República e as eleições para a Assembleia da República são algo diferente que convém não misturar. Mas também convém que, a este respeito, a direita não se iluda quanto aos resultados da votação agora verificada com a nossa candidatura. É evidente que não estamos

DESEJO POPULAR DE CONTER A DIREITA
«Consideramos que, por

de ALVARO CUNHAL

A Superioridade Moral dos Comunistas

POR UM GOVERNO DE ESQUERDA

Ou teremos um Governo de esquerda com a participação do PCP, ou teremos um governo do PS, com o apoio, tácito ou não do PPD (ou do PPD e CDS), que praticará uma política de direita, contrária aos interesses vitais do povo trabalhador

A necessidade da formação de um Governo de esquerda apoiado na maioria da esquerda existente na Assembleia da República continua a ser o ponto fulcral da situação política nacional, e que os resultados das eleições presidenciais em nada vieram alterar.

Contrariamente ao que tem vindo a ser afirmado por dirigentes socialistas é como o nosso Partido não se tem cansado de repetir, um governo constituído só na base do PS não pode assegurar a sua sobrevivência, sem que este partido realize alianças com outros representados na Assembleia da República, dado que não possui a maioria indispensável para governar sozinho.

Nesta conformidade, a alternativa que se coloca não deixa lugar a dúvidas: ou o PS aceita a unidade com os comunistas transformando assim a maioria existente nos lugares da Assembleia numa efectiva maioria política — o que daria uma base sólida para que um governo de socialistas e comunistas governasse com estabilidade nos próximos

quatro anos; ou se forma um governo só de socialistas apoiado pelo PPD, ou PPD e CDS, e não poderá deixar de ser um governo amarrado a uma política de direita e aos interesses de classe representados pelo PPD e o CDS.

Malgrado as sucessivas recusas dos dirigentes do PS de uma aliança com os comunistas, o PCP continua a insistir na sua proposta pois assim o exigem os interesses do nosso povo e do país, a defesa dos interesses dos trabalhadores, a defesa das liberdades e da democracia.

A manter-se a posição do Partido Socialista, é necessário que o povo português ganhe consciência de que o futuro governo, porque de conciliação com as forças reaccionárias, não desenvolverá uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores. Muito pelo contrário, seguirá inevitavelmente uma política de agravamento das condições de vida das classes laboriosas e do povo em geral, pondo em causa as grandes conquistas da revolução. Um

governo apoiado pelos representantes dos monopólios e latifúndios será um governo que praticará uma política de protecção ao grande capital e aos grandes proprietários, será tentado a restringir as liberdades e a recorrer progressivamente à repressão para calar a inevitável resistência que tal política antipopular e antiprogredora provocará.

Não obstante o aproveitamento que a direita procura fazer dos resultados da eleição para a Presidência da República, procurando substituir a maioria legislativa existente por uma outra maioria resultante da colagem dos partidos da direita à candidatura do general Eanes e ao PS, a questão da composição e da política do próximo governo não se pode considerar como encerrada.

O PCP considera que, com uma ampla unidade das forças de esquerda, será ainda possível fazer face e vencer as intenções reaccionárias de recuperação capitalista e de liquidação das liberdades fundamentais que animam tais partidos da direita.

Mas se, para mal do povo português, os comunistas não participarem no futuro governo, então não se pode exigir que o PCP apoie um tal governo, mesmo que formado só por socialistas com o apoio do PPD, ou que passe um cheque em branco a uma política contrária aos interesses das massas trabalhadoras.

Nas eleições legislativas o povo português votou inequivocamente na esquerda. Mesmo as eleições presidenciais trouxeram uma nítida redução das forças de direita. Se os comunistas e socialistas se entenderem e unirem, será possível formar um Governo de esquerda, solidamente apoiado nas massas populares e na Assembleia da República, será possível consolidar o processo democrático no nosso país e trabalhar duramente para arrancar Portugal da grave crise em que se encontra, fazendo pagar às grandes fortunas o custo principal dessa crise e, finalmente, garantir o desenvolvimento de uma sociedade democrática rumo ao socialismo.



REFORÇAR A UNIDADE E A ORGANIZAÇÃO

Sempre que a classe operária da cidade e do campo, os camponeses pobres e os trabalhadores em geral, se têm mantido unidos, a revolução avança e machadadas decisivas são vibradas no poder dos exploradores e nas forças da reacção. Pelo contrário, quando as massas trabalhadoras demonstram sinais de desunião, as forças de direita ganham terreno a olhos vistos.

Esta não é uma verdade de compêndio mas uma lei histórica bem provada no decorrer do nosso processo revolucionário. O regozijo não mascarado nos sectores de direita, a euforia da imprensa reaccionária perante os resultados das eleições presidenciais evidenciam que a prova que acabamos de atravessar poderá ser dolorosa para as massas populares. Para impedir tal, para defender as conquistas da revolução e travar o impacto ganho pelas forças reaccionárias, há que desenvolver um imenso esforço unitário entre todos os trabalhadores nas empresas e

nos sindicatos, entre estes e os pequenos e médios agricultores, entre os trabalhadores das unidades colectivas de produção, entre os militares, numa palavra, entre todas as camadas que não querem a volta ao 24 de Abril e desejam o desenvolvimento da revolução que começou há pouco mais de dois anos.

Neste momento a direita estrega as mãos, pensando que desfechou um grande golpe nas possibilidades reais de unidade das massas trabalhadoras. Ao dar cobertura aos grupos esquerdistas que apoiam Otel Saraiwa de Carvalho, semearam a desunião e acenaram a trabalhadores com a ilusão de uma vitória pronta, a reacção mais não visou do que demonstrar o «enfraquecimento» do nosso Partido através da divisão de votos entre o eleitorado de esquerda. E jogando nesta divisão e consequente deslocação de votos, a direita, aproveitando o caminho aplinado pelos esquerdistas,

tentará, indubitavelmente, fazer recuar as vitórias fundamentais do povo trabalhador, as conquistas que apontam na democratização da sociedade, na via socialista.

Será mais fácil atacar a Reforma Agrária se os seus obreiros se mostrarem divididos. Será mais fácil pôr em causa o controlo operário e recuperar o sector nacionalizado para os capitalistas se os trabalhadores deixarem que a desunião se instale nas suas fileiras. «Dividir para reinar», eis um dos muitos pontos comuns da reacção e dos esquerdistas. Na medida em que trabalhadores se mostraram vulneráveis a uma habilidosa tática divisionista, uns e outros, reacção e grupelhos de esquerda, tudo farão para explorar o terreno.

Nós, comunistas, não consentiremos que a desunião seja semeada entre as massas trabalhadoras. Hoje como ontem e amanhã, tudo faremos para salvaguardar e fortalecer a unidade do povo trabalhador. Na sua luta pelos interesses de classe, na luta em defesa das liberdades, na construção de um Portugal democrático, nas transformações da nossa economia a caminho do socialismo, os trabalhadores devem eliminar do seu seio o divisionismo, devem unir-se nas pequenas e grandes acções que os conduzirão à libertação final da exploração capitalista.

Na actual situação política, podemos dizer com toda a clareza, que uma das tarefas fundamentais de todos os

milittantes consiste na contínua preocupação com a ampla unidade das massas trabalhadoras.

Para que esta e outras tarefas prementes possam ser conduzidas com sucesso, o reforço da organização do Partido e o fortalecimento da sua ligação com as massas constitui um factor decisivo. No novo Portugal democrático a caminho do socialismo, nenhuma outra forma de organização pode substituir o P C P, vanguarda revolucionária da classe operária e dos trabalhadores de Portugal.

Reforçar a organização é pois criar cada vez mais as condições para que o caminho do socialismo seja trilhado pelo povo português que ultrapassará vitoriosamente todos os obstáculos que a reacção e parceiros — que se intitulam por vezes de «esquerda» — lhe moveram.

A necessidade de reforço da organização do nosso Partido não implica nenhum reconhecimento de fraqueza. Pelo contrário, as condições criadas e o despertar dos que ingenuamente se deixaram iludir pelo palavreado esquerdistas, abrem perspectivas que é necessário não desperdiçar. E quanto aos factores do divisionismo espalhado durante a campanha eleitoral basta recordarmos a lei histórica constante de todos os processos revolucionários: não é o eleitoralismo que decidirá o futuro da revolução, pese embora muito aos reaccionários e oportunistas.

A DIREITA NÃO DEVERÁ RECUPERAR EM BELÉM O QUE O POVO LHE NEGOU EM S. BENTO

A direita reaccionária e as forças sobreviventes do fascismo inventaram apressadamente um outro conceito de «maioria», o da «maioria presidencial». Na esperança de a contraporem à maioria de esquerda existente na Assembleia da República, procuram, na base do equívoco, confundir dois actos eleitorais totalmente diferentes. O objectivo número um dessa manobra é tentar esconder o facto incontestável de que a eleição do Presidente da República pela sua natureza específica não é o ponto de partida para a institucionalização de um regime democrático, mas sim um momento importante e já avançado de um processo que está em curso.

Aquela e outras concepções falsas e perigosas da direita reaccionária foram combatidas pelo PCP durante a campanha eleitoral. As eleições para a Presidência da República não foram, de modo nenhum, uma repetição das que decorreram em Abril para a Assembleia da República. Os resultados do acto eleitoral do último domingo não corrigem o que quer que seja relativamente ao acto eleitoral de cujos resultados derivou uma maioria numérica de esquerda

na Assembleia e que deve ter o reflexo imprescindível numa maioria política na mesma Assembleia e no primeiro Governo definitivo a formar no nosso País.

O Partido Comunista Português tem 40 deputados eleitos na Assembleia da República. Como já foi salientado, esse facto é irreversível. Não está sujeito, nem depende, como não dependem os outros lugares de esquerda na Assembleia, de nenhuma concepção que pretenda anular o carácter minoritário de um governo à custa de uma maioria resultante da colagem dos partidos da direita em torno da candidatura do general Ramalho Eanes e ao PS. Os votos recebidos pelo Presidente da República não poderão ser invocados para dar a qualquer partido um apoio e uma representatividade que o eleitorado não lhe concedeu.

A confiança do povo português na solidez das instituições democráticas exige a estabilidade da vida democrática, exige a cooperação do movimento popular de massas com as Forças Armadas, tendo por alicerce a defesa e o cumprimento da Constituição a

que o Presidente da República, general Ramalho Eanes se comprometeu solenemente. Exige ainda sem ambiguidades, que os órgãos de soberania adoptem uma política que dê plena satisfação às aspirações populares e à vontade popular claramente expressa nas eleições para a Assembleia da República. A ordem democrática tem de ser firmemente defendida contra o terror, a violência e as conspirações fascistas.

Mas essa ordem democrática não implica, antes proíbe, que os trabalhadores, em nome de um pretenso programa de «salvação nacional», sejam forçados a adoptar como seu um programa de direita, que vá contra os seus interesses, contra os interesses do povo português. Os trabalhadores portugueses e as suas organizações representativas têm todo o direito de defender e reafirmar a toda a hora, na vida política, as suas posições sobre todos os problemas nacionais, conservando, ao mesmo tempo, a sua independência e a sua autonomia.

Por conseguinte, não poderão aceitar que a maioria de esquerda, pela qual votaram para a Assembleia da

República, venha a ser agora relegada em nome duma outra falsa maioria. Os trabalhadores não esquecem que a Constituição, à qual todos os órgãos de soberania terão de subordinar-se, consagra as grandes conquistas da revolução portuguesa, definindo, no fundamental, um regime democrático a caminho do socialismo, em que ao Estado democrático se atribui (e isso nunca poderá ser letra morta!) a tarefa de abolir a exploração do homem pelo homem.

Na avidez de recuperar em Belém o que perdeu em São Bento, a direita reaccionária tem de ser contrariada nos seus propósitos. Por isso, terá de se fazer valer, em todas as circunstâncias o fundamento do voto popular para a Assembleia da República, o fundamento de uma maioria de socialistas e comunistas conquistada pelo povo e que a própria eleição do Presidente da República reforça, a qual representa uma realidade fundamental da institucionalização do regime democrático que o próprio Presidente da República naturalmente deverá respeitar e certamente respeitará, para que seja respeitada a própria Constituição.

O PROBLEMA DO VOTO EM BRANCO

A propósito do voto em branco, os mandatários dos candidatos, excepto Ramalho Eanes, divulgaram no passado domingo o seguinte comunicado:

Em comunicado amplamente divulgado através dos órgãos de informação, a Comissão Nacional de Eleições declarou ao eleitorado que os votos em branco não podem considerar-se votos validamente expressos, para o efeito de apuramento da maioria necessária para que um candidato possa ser proclamado à primeira volta.

Os signatários, mandatários de três dos candidatos à eleição, vêm tornar público o seu mais veemente protesto por tal atitude da Comissão Nacional de Eleições, nos termos seguintes:

1. Antes de mais, a Comissão Nacional de Eleições não tem competência para emitir uma declaração daquele teor. A competência da Comissão Nacional de Eleições está fixada taxativamente no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93-B/76, de 29 de Janeiro — e, entre as várias atribuições da Comissão, não consta a de fazer interpretação pretensamente autêntica da lei.

Compete à Comissão Nacional de Eleições, é certo, promover o esclarecimento objectivo dos cidadãos acerca dos actos eleitorais.

Mas, ao emitir o parecer em causa sobre a relevância do voto em branco, a Comissão não actuou de forma objectiva, nem promoveu esclarecimento algum.

2. É que a Comissão Nacional de Eleições não pode ignorar que a sua interpretação não é a única que decorre da lei — nem, a nosso ver, a melhor. Os signatários já tiveram oportunidade de declarar perante a assembleia de apuramento geral que a única interpretação válida da lei eleitoral é no sentido da relevância do voto em branco.

3. Efectivamente, a lei distingue voto em branco e voto nulo em termos que não admitem quaisquer dúvidas quanto ao significado do voto em branco. Voto em branco é um voto validamente expresso; é uma forma — que a lei não proíbe — de o cidadão eleitor tomar posição no acto eleitoral, face às diversas candidaturas que se apresentam ao sufrágio.

E, consagrando a lei a existência e validade do voto em branco, como forma de o eleitor expressar a sua posição nas urnas, necessário se torna concluir que os votos em branco têm de contar para o efeito de apuramento da maioria necessária à proclamação de um candidato como vencedor na primeira volta. Quer dizer: nos termos da lei, um candidato será proclamado presidente, na primeira volta, se obtiver mais de 50% da totalidade dos votos atribuídos a cada candidato e dos votos em branco.

Nesta conformidade, os signatários aguardam confiadamente a decisão final da assembleia de apuramento geral, quanto à proclamação dos resultados, reservando-se o direito de impugnar qualquer decisão que não esteja de acordo com a lei eleitoral.

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

| DISTRITOS | ELEITORES | | | | VOTOS | | | | |
|-----------------------|------------------|------------------|--------------|-------------|-------------|------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Inscrit. | Votant. | Abst. | Bran. | Nulos | Eanes | Azevedo | Pato | Otelo |
| AVEIRO | 381 696 | 295 365 | 25.6 | 0.28 | 0.80 | 217 589 | 46 346 | 7 866 | 20 364 |
| BEJA | 142 654 | 106 085 | 25.6 | 0.50 | 0.81 | 36 219 | 7 296 | 26 844 | 34 339 |
| BRAGA | 382 609 | 315 187 | 17.6 | 0.27 | 1.00 | 218 459 | 59 093 | 8 550 | 25 089 |
| BRAGANÇA | 121 141 | 83 235 | 31.2 | 0.34 | 1.33 | 67 593 | 9 357 | 2 167 | 2 725 |
| CASTELO BR. | 175 629 | 129 363 | 26.3 | 0.43 | 1.41 | 96 828 | 10 927 | 4 833 | 14 393 |
| COIMBRA | 310 092 | 209 328 | 32.4 | 0.46 | 1.30 | 147 906 | 29 038 | 8 887 | 19 801 |
| ÉVORA | 137 537 | 111 789 | 18.7 | 0.44 | 0.64 | 39 847 | 10 500 | 21 726 | 38 509 |
| FARO | 237 368 | 168 084 | 29.1 | 0.45 | 1.00 | 87 590 | 24 331 | 12 698 | 41 018 |
| GUARDA | 149 667 | 108 723 | 27.3 | 0.32 | 1.51 | 88 451 | 11 104 | 2 558 | 4 528 |
| LEIRIA | 282 430 | 206 922 | 26.7 | 0.28 | 1.08 | 156 404 | 20 109 | 8 915 | 18 682 |
| LISBOA | 1 446 329 | 1 098 208 | 24.0 | 0.38 | 0.64 | 582 103 | 132 600 | 112 395 | 259 915 |
| PORTALEGRE | 109 948 | 86 023 | 21.7 | 0.48 | 0.78 | 47 665 | 10 893 | 12 258 | 14 122 |
| PORTO | 931 227 | 752 066 | 19.2 | 0.26 | 0.67 | 450 236 | 169 940 | 38 548 | 86 356 |
| SANTARÉM | 332 173 | 244 252 | 26.4 | 0.39 | 0.96 | 141 397 | 31 564 | 19 634 | 48 370 |
| SETÚBAL | 419 882 | 326 565 | 22.2 | 0.29 | 0.52 | 96 739 | 31 166 | 60 519 | 135 495 |
| VIANA DO CAST. | 163 727 | 118 468 | 27.6 | 0.35 | 1.08 | 87 136 | 17 174 | 4 362 | 8 075 |
| VILA REAL | 168 857 | 114 133 | 32.4 | 0.31 | 1.69 | 91 261 | 12 604 | 3 433 | 4 552 |
| VISEU | 278 245 | 194 244 | 30.1 | 0.25 | 1.15 | 155 520 | 25 071 | 3 490 | 7 477 |
| ANGRA DO HER. | 51 607 | 36 708 | 28.8 | 1.65 | 1.34 | 30 646 | 3 075 | 585 | 1 302 |
| HORTA | 25 979 | 19 671 | 24.2 | 1.81 | 0.90 | 16 148 | 1 924 | 471 | 609 |
| P. DELGADA | 85 124 | 53 949 | 36.6 | 5.61 | 2.46 | 35 260 | 11 104 | 2 070 | 1 161 |
| FUNCHAL | 143 363 | 107 256 | 25.1 | 0.45 | 1.13 | 76 417 | 17 076 | 2 562 | 9 510 |
| TOTAL NACIONAL | 6 477 484 | 4 885 624 | 24.58 | 0.42 | 0.90 | 2 967 414 | 692 382 | 365 371 | 796 392 |



NAS FÉRIAS actualize A SUA LEITURA

e se ainda não leu, leia já **Até amanhã, Camaradas**, de Manuel Tiago. Até amanhã, Camaradas é o romance da resistência organizada do nosso povo contra o fascismo. Até amanhã, Camaradas tem 400 páginas e custa apenas 100\$00. Até amanhã, Camaradas, está à venda nas livrarias. Até amanhã, Camaradas, é uma distribuição CDL Central Distribuidora Livreira - Av. Santos Dumont, 57 - C - Lisboa I

edições **Avante!**

ATÉ AMANHÃ, CAMARADAS

Manuel Tiago

Prémio "Soeiro Pereira Gomes" Feira do Livro no Porto/1975



Edições **SEARA NOVA**

PARA LER NAS SUAS FÉRIAS

UM ACTOR EM VIAGEM — CUBA

Rogério Paulo Preço: 75\$00
A experiência exaltante de uma sociedade que constrói o socialismo.

A FLORESTA EM BREMERHAVEN

Olga Golçalves
A obra que conquistou o Prémio Ricardo Malheiros (Ficção) 1975.
Preço: 60\$00

OESTINOS

André Santos
A paisagem humana e as lutas quotidianas do Oeste português.
Preço: 75\$00

AUTOGESTÃO À PROVA

Milojko Drulovic
Os limites e as possibilidades da autogestão analisadas por um partidário deste método de gestão económica.
Preço: 75\$00

SERÁ POLITICAMENTE RECUPERADO E COM JUROS» «AQUILO QUE APARECEU COMO UM INSUCESSO

«A própria vida demonstrará, em muito pouco tempo, a razão das advertências do PCP» — palavras do camarada Álvaro Cunhal, em comentário aos resultados das eleições Presidenciais

A partida para Berlim, RDA, onde ia chefiar a delegação do nosso Partido à Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, solicitado a comentar os resultados das eleições para a Presidência da República, salientou:

«Temos de ter em consideração as circunstâncias em que se realizaram estas eleições. Num ambiente de inquietude proveniente fundamentalmente do facto de que em torno de uma das candidaturas se juntou aquilo que o nosso povo temeu ser uma aliança entre os partidos reaccionários de direita e o Partido Socialista. Havia, pois, um sentimento de receio de que nestas condições, a vitória do candidato pudesse significar a formação de um Governo de direita, com a participação ou o apoio do CDS e do PPD. Como resultado deste sentimento generalizado, assistimos às grandes deslocações verificadas no eleitorado. Uma deslocação de cerca de um milhão de votos do eleitorado dos partidos que apoiavam a candidatura do general Ramalho Eanes e que seguiram em várias direcções: abstenções, Pinheiro de Azevedo e Otelo Saraiva de Carvalho. Houve ainda a deslocação de algumas centenas de milhares de votos daqueles que haviam votado PCP para a Assembleia da República e que quase certamente votaram no domingo em Otelo Saraiva de Carvalho. A candidatura do major Otelo beneficiou desses vários factores de inquietação, convergindo nele votos de origem diversa, incluindo, nos já indicados, cerca de 200 mil votos que é de presumir vindos do Partido Socialista. De notar, e isto é significativo quanto ao aumento da tendência para a esquerda no eleitorado, que

a soma de votos em Otelo Saraiva de Carvalho e em Octávio Pato excede em algumas centenas de milhar os votos do PCP e de todos os agrupamentos esquerdistas registados em Abril, nas eleições para a Assembleia da República. A nosso ver esta deslocação dos votos não corresponde a uma arrumação estável do eleitorado e no que respeita aos votos comunistas para a Assembleia da República estamos absolutamente confiantes de que eles continuarão a ser votos comunistas.»

A propósito da campanha em torno da candidatura do camarada Octávio Pato, declarou o secretário-geral do nosso Partido:

«A nossa campanha foi muito complexa, remando contra a maré, contra ilusões largamente espalhadas, tanto ilusões alarmistas em relação ao perigo de direita como ilusões em torno de uma vitória do major Otelo Saraiva de Carvalho. Podemos dizer que conseguimos parcialmente alguns dos objectivos de esclarecimento político a que nos havíamos proposto. Mas houve, sem dúvida, um insucesso relativo pelo facto de não termos conseguido desfazer essas ilusões em sectores populares que estavam e continuam a estar com o nosso Partido. A própria vida demonstrará em muito pouco tempo a razão das advertências do Partido Comunista, do seu alerta contra o perigo da formação de um governo de direita, da sua insistência na necessidade de um forte apoio ao Partido Comunista, da sua importância pela consolidação da democracia. Por isso estamos convictos de que aquilo que apareceu como um insucesso será politicamente recuperado e com juros.»

OS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS EUROPEUS REAFIRMAM UNIDADE EM BERLIM

O progresso social, a paz e a segurança dos povos, na luta contra o imperialismo, na base de uma plataforma comum e da unidade dos comunistas europeus e do movimento comunista internacional

Após vinte meses de trabalho preparatório, encontra-se reunida em Berlim a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa. Vinte e nove delegações (a maioria das quais é chefiada pelo respectivo secretário-geral) representam os partidos de todos os países socialistas e capitalistas da Europa.

Sugerida pelos comunistas italianos e polacos em 1974, a ideia da realização da Conferência foi aceite por todos os outros partidos europeus, tendo em Outubro de 1974 sido realizado, em Varsóvia, um primeiro encontro.

Após estes quase dois anos, reuniu-se regularmente o grupo de trabalho nomeado pelos partidos e do qual todos fizeram parte bem como a comissão de redacção que, entretanto, elaborou a declaração conjunta que será aprovada oficialmente, tendo já recebido a concordância de todos os partidos participantes.

da presente Conferência, os partidos participantes «fixaram um objectivo que profundamente os mobiliza, bem como a todas as forças que lutam pela paz e contra o imperialismo. Trata-se de propor à classe operária, aos povos, a orientação e o caminho do futuro na luta pela paz, pela segurança, pela cooperação e pelo progresso social na Europa».

acção nacional de cada partido, condicionada pelas características de cada país, os partidos participantes na reunião revelam até que ponto as suas divergências não alteram as condições objectivas que tornam indispensável e possível a unidade do movimento comunista internacional.

As alterações sobrevindas ao longo dos últimos dois anos

Do nosso enviado especial RUBEN DE CARVALHO

A inclusão do problema do progresso social na ordem de trabalhos da Conferência constituiu um importante passo. Na verdade, se a paz e a segurança constituem condições indispensáveis para a vida dos povos, são também a base de relações entre os Estados que abram o caminho à cooperação baseada nos princípios da independência e do interesse mútuo. Mas, por outro lado, a possibilidade de uma política pacífica e os resultados da cooperação não podem ser separados da luta de cada povo, das classes trabalhadoras, dos diversos países no sentido de assegurar nos seus próprios países novas condições de vida. Se nos países da Europa socialista a classe operária criou já condições que lhe permitem executar esta política integralmente, nos países capitalistas europeus a luta pela paz e pela segurança não pode ser desligada da luta dos trabalhadores contra a dominação e a exploração que lhes é imposta pelos monopólios e pelo imperialismo. Se a nível nacional a política dos grandes monopólios e do imperialismo se caracteriza pela exploração das classes trabalhadoras e pela limitação das liberdades democráticas, a nível internacional ela manifesta-se através de uma política de agressão e de provocações, por uma política que constantemente faz perigar a paz. Trata-se, portanto, de um inimigo comum cuja acção é indissociável e contra o qual a luta é também indissociável.

no quadro político da Europa constituíram um dos aspectos que tornaram morosa a elaboração do documento final.

As modificações ocorridas no quadro da crise geral do capitalismo, as derrotas sofridas pelo imperialismo em vários pontos do globo, as tentativas do imperialismo americano e dos seus aliados ocidentais para colmarem violentamente as brechas que não cessam de se abrir no seu edifício de dominação e exploração determinaram modificações tácticas na política de alguns partidos que mereceram estudo por parte de todos os representantes que constituíram a comissão de redacção.

O desenvolvimento económico da Europa, os reflexos na situação internacional e nas diversas situações nacionais da acção das estruturas militares e económicas do imperialismo na Europa (Nato, Mercado Comum, EFTA, etc.) foram objectivo de atenção muito particular, na medida em que constituem elementos decisivos não só da estrutura capitalista que condiciona o progresso social em cada país, como também da política agressiva e expansionista do imperialismo.

O facto de os partidos participantes terem adoptado o critério da unanimidade para aprovação de todo o documento, se bem que tenha constituído mais um factor de morosidade, assegurou a completa representatividade das conclusões tiradas e atribui ao documento final o estatuto de fiel expressão da unidade de pensamento e acção de mais 29 milhões de comunistas representados agora em Berlim.

A adopção do princípio da unanimidade evidencia igualmente o ambiente em que se desenrolaram não só os trabalhos preparatórios como também a Conferência: o esforço no sentido de, acima de tudo, encontrar uma plataforma comum.

As conversações entre o camarada Leonid Brezhnev e o Marechal Tito, aqui realizadas, entre dirigentes do PSUA e do Partido Comunista Italiano, do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre (AKEL) e do Partido Comunista Grego e tantas outras, são passos decisivos para a consolidação e alargamento da solidariedade internacional, da luta pela paz, pela segurança, pela cooperação e pelo progresso social, não só na Europa como em todo o mundo.

REFORÇO DA UNIDADE DO MOVIMENTO COMUNISTA

Alguns factores atribuem à presente reunião uma importância muito particular. Nomeadamente a presença da Liga dos Comunistas da Jugoslávia que, pela primeira vez desde há longos anos, participa activamente numa reunião conjunta com outros partidos comunistas.

Por outro lado, a possibilidade de um debate mais próximo e directo entre os mais destacados dirigentes operários da Europa constitui um passo importante para o reforço dos laços de solidariedade e cooperação activa entre os comunistas e um formal desmentido às especulações que os meios políticos e a informação capitalista propagam sobre as divisões entre os partidos comunistas.

Longe de surgirem ou se agravarem divisões, é bem pelo contrário um alargamento e reforço da unidade aquilo que esta Conferência revela, constituindo ela própria mais um passo nesse sentido.

UMA PLATAFORMA IDEOLÓGICA COMUM

Unidos pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, os partidos comunistas e operários presentes em Berlim nem por isso deixam de evidenciar diferenças nas suas políticas.

Logo na primeira reunião preparatória, em Varsóvia, ficou claro que a Conferência não se destinaria à definição de uma linha comum para todos os partidos participantes, mas, bem pelo contrário, ao encontrar de uma plataforma comum sobre assuntos que interessam a todos os povos.

Como afirmou o camarada Erich Honecker, secretário-geral do PSUA, na abertura da reunião ao decidir a realização

para conseguir levar por diante a sua ofensiva no sentido da recuperação do poder económico e do poder político.

É a reacção e só a reacção que está interessada no enfraquecimento do PCP e, com o enfraquecimento do PCP, no enfraquecimento da força organizada da classe operária, no enfraquecimento da energia revolucionária do nosso povo capaz de cortar o caminho àqueles que querem fazer regressar Portugal ao passado fascista, ou quem liquidar as conquistas da revolução e conduzir os trabalhadores à situação de opressão e miséria existente antes do 25 de Abril.

Mas enganam-se aqueles que tentam tirar conclusões apressadas dos resultados eleitorais, enganam-se aqueles que à custa de promessas demagógicas conseguiram obter votos de trabalhadores e que agora pretendem manipular esses votos para minar a confiança da classe operária e dos trabalhadores no seu Partido. Essa confiança sairá pelo contrário, reforçada, por mais uma lição que a vida virá confirmar.

O PCP, antes e durante a campanha eleitoral, frisou várias vezes que era notória a tentativa de dividir os trabalhadores por parte de forças sem nenhuma implantação nas massas, que ergueram como bandeira demagógica a candidatura do major Otelo de Carvalho. E essa divisão viria a desaguar na tentativa de formar um partido político a partir de uma ilusória junção de votos nas eleições presidenciais. Contra quem se dirigirá esse partido? A sua actividade dirigirá-se contra o PCP, mas continuará a não dispor do apoio das massas trabalhadoras e o seu anticomunismo redundará, mais uma vez, em fracasso. Não foi para a formação desse partido que centenas de milhares de trabalhadores votaram no major Otelo.

A classe operária portuguesa tem o seu partido de classe e não o trocará por nenhum outro. Tem o seu provado, experimentado e glorioso Partido Comunista Português, confia no seu Partido e com ele e nunca contra ele combaterá para assegurar o prosseguimento da democratização da vida nacional, a caminho do socialismo.

conquista das liberdades e contra o fascismo, amanhã na construção do socialismo e do comunismo.

Não exageramos, nem proferimos palavras de propaganda, ao afirmar que não se pode construir a democracia em Portugal, sem a participação do PCP em toda a vida política nacional, incluindo nos órgãos de decisão, incluindo no próprio Governo.

O próprio facto de o Partido Comunista Português ter apresentado um candidato à Presidência da República, é uma afirmação do papel do nosso Partido na vida política portuguesa, uma afirmação de que os comunistas, no novo regime democrático em que começamos vivendo depois da entrada em vigor da Constituição, têm pleno direito a exercer quaisquer cargos para que o povo os escolha, incluindo o mais alto cargo do Estado — a Presidência da República.

Sem o PCP e sem os trabalhadores e muito menos contra o PCP e contra os trabalhadores não se pode construir a nova democracia portuguesa e muito menos abrir caminho para o socialismo.

Os últimos resultados para as eleições presidenciais não invalidam que não continue a ser possível, mas sobretudo desejável a formação de um governo de esquerda, assente numa maioria de esquerda, para a qual existem condições, dada a notável representação de deputados comunistas na Assembleia da República. Do ponto de vista do número a maioria de esquerda existe. Do ponto de vista político é necessário que exista, pois não é possível um governo de esquerda em cuja política o Partido dos trabalhadores não participe.

Afastar da participação do governo os comunistas é permitir a formação de um governo de direita, pelo qual a reacção sempre se bateu, apoiada por uma campanha anticomunista a que não são alheias as pressões imperialistas. Foi com esta campanha que os desagregadores do movimento popular empareceiram, servindo às maravilhas os desenhos da reacção que vê numa divisão dos trabalhadores e na retracção conjuntural da base de apoio do PCP uma condição

aspirações da classe operária de que são a vanguarda, e de todos os trabalhadores e do povo em geral.

O Partido Comunista Português foi um Partido necessário, é um Partido necessário, será um Partido necessário, hoje na defesa da democracia, ontem pela



O camarada Álvaro Cunhal falando à repórter do «Avante!»

O PCP, VANGUARDA DA CLASSE OPERÁRIA

A participação do PCP na vida política portuguesa não é de hoje nem de ontem. Há mais de meio século que os comunistas lutam; e lutaram nas mais variadíssimas condições e atravessaram as mais negras dificuldades do fascismo porque representam e dão corpo às mais profundas

INTER SAÚDA COSTA GOMES

O Presidente da República, general Costa Gomes, concedeu na manhã do passado sábado uma audiência a elementos da Intersindical Nacional, que se deslocaram a Belém para lhe entregar uma mensagem de saudações, na altura em que o mandato de Costa Gomes se aproxima do fim.

É o seguinte o teor da mensagem: «Mandatados como estamos pelos mais amplos sectores das classes trabalhadoras do País, e expressamos os sentimentos da população trabalhadora portuguesa pelas qualidades que V. Ex. patenteou durante estes dois anos de transcendentes dificuldades na chefia da Nação.

Sublinhamos que, se por vezes, o pensamento e as acções de V. Ex. e dos trabalhadores não se identificavam completamente, os acontecimentos posteriores demonstraram que na sua origem tiveram sempre, de forma inequívoca, os propósitos de encontrar as soluções que tivessem em conta as realidades sociais e políticas do momento histórico em que se inseriam.

Porque vemos largamente representado em V. Ex. o conjunto de qualidades indispensáveis à ingente tarefa de presidir aos destinos de um Estado a caminho do socialismo, que se debate nas mais violentas contradições; porque em V. Ex. reconhecemos, para além do chefe lúcido, corajoso e prudente, o amigo compreensivo, fraterno e colaborante, não podemos deixar de lamentar o facto de deixarmos de poder contar com V. Ex. na chefia suprema da Nação.

No momento em que se aproxima o fim do mandato que V. Ex. recebeu da aliança do Movimento Popular com o Movimento das Forças Armadas, dois votos queremos exprimir a V. Ex., certos de interpretar os sentimentos da grande maioria dos trabalhadores portugueses: primeiro, que em qualquer lugar onde as altas qualidades de político, de militar e de homem que caracterizam V. Ex. sejam aproveitadas para bem do nosso povo, possamos continuar a beneficiar do valor, da experiência, da amizade e do conselho de V. Ex.; segundo, que o novo Chefe do Estado seja, como V. Ex. o foi, um homem que saiba ouvir os trabalhadores e um inabalável defensor das conquistas democráticas e populares consagradas na Constituição e da linha histórica da Revolução Portuguesa a caminho do socialismo.

DIA DO EMIGRANTE

O Secretariado da Intersindical Nacional recebeu um telegrama enviado por emigrantes portugueses radicados na cidade de Montreal (Canadá) e por um grupo de activistas do MDP/CDE naquela cidade, no qual se reafirma a importância da realização do Dia do Emigrante como jornada de unidade e ligação entre os trabalhadores portugueses dispersos pelo mundo.

Aqueles emigrantes portugueses apelam ainda no telegrama para que a central sindical promova as tarefas necessárias à efectivação da jornada.

UMA AMOSTRA EXEMPLAR E BEM PATENTE DO QUE SERÁ UM GOVERNO DE DIREITA

Um exemplo do que serão as prepotências e a actuação «constitucional» de um governo de recuperação capitalista

À frente do Ministério do Comércio Interno, o dr. Magalhães Mota, destacado elemento da direcção do PPD, tem demonstrado com provas abundantes que a direcção que tomará a acção política de um eventual futuro governo de direita.

Para quem ainda mantenha uma derradeira ilusão acerca do que representará a recuperação capitalista com todos os trunfos em seu poder basta-lhe-á, para a perder, dar um pouco de atenção às últimas medidas daquele Ministério pépêdê, designadamente quanto àquilo que oficialmente é designado por «reestruturar» do MCI.

Reestruturar para Magalhães Mota é, desde início, favorecer «a recuperação do controlo da vida económica pelos caciques da importação, distribuição e comercialização dos bens essenciais», como recentemente advertiu, num comunicado, a Comissão de Trabalhadores da Direcção-Geral do Comércio Interno, organismo dependente

daquela pasta do VI Governo Provisório.

Reestruturar para Magalhães Mota é, inclusive, «pôr em imediato funcionamento a nova Direcção-Geral do Comércio Alimentar, sabendo-se que estão indigitados para cargos de directores de serviço um ex-latifundiário atingido pela Reforma Agrária e um saneado após o 25 de Abril da Junta Nacional dos Produtos Pecuários».

Reestruturar para Magalhães Mota é afinal «colocar pessoas da sua confiança política em lugares-chave» do Ministério do Comércio Interno, a poucos dias da formação do primeiro governo definitivo depois de 25 de Abril de 1974, o primeiro governo subordinado a uma Constituição, que consagra para Portugal, no seu artigo 2.º, «a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».

Reestruturar para Magalhães Mota é, desde início, favorecer «a recuperação do controlo da vida económica pelos caciques da importação, distribuição e comercialização dos bens essenciais», como recentemente advertiu, num comunicado, a Comissão de Trabalhadores da Direcção-Geral do Comércio Interno, organismo dependente

daquela pasta do VI Governo Provisório. Reestruturar para Magalhães Mota é, inclusive, «pôr em imediato funcionamento a nova Direcção-Geral do Comércio Alimentar, sabendo-se que estão indigitados para cargos de directores de serviço um ex-latifundiário atingido pela Reforma Agrária e um saneado após o 25 de Abril da Junta Nacional dos Produtos Pecuários».

Reestruturar para Magalhães Mota é, desde início, favorecer «a recuperação do controlo da vida económica pelos caciques da importação, distribuição e comercialização dos bens essenciais», como recentemente advertiu, num comunicado, a Comissão de Trabalhadores da Direcção-Geral do Comércio Interno, organismo dependente

daquela pasta do VI Governo Provisório. Reestruturar para Magalhães Mota é, inclusive, «pôr em imediato funcionamento a nova Direcção-Geral do Comércio Alimentar, sabendo-se que estão indigitados para cargos de directores de serviço um ex-latifundiário atingido pela Reforma Agrária e um saneado após o 25 de Abril da Junta Nacional dos Produtos Pecuários».

Reestruturar para Magalhães Mota é, desde início, favorecer «a recuperação do controlo da vida económica pelos caciques da importação, distribuição e comercialização dos bens essenciais», como recentemente advertiu, num comunicado, a Comissão de Trabalhadores da Direcção-Geral do Comércio Interno, organismo dependente

FESTA DO «AVANTE!», FESTA DA UNIDADE

Os três dias festivos — 24, 25 e 26 de Setembro — vão constituir uma grande jornada de confraternização, esclarecimento e cultura, que poderá beneficiar amplas massas de trabalhadores e de democratas

COMEÇA EM BREVE A VENDA DA EP

Vai começar em breve a venda da EP — o cupão numerado que irá permitir a Entrada Permanente no recinto da FIL, durante os três dias da Festa. A resposta pronta e entusiasmada com que a organização do Partido reagiu quanto à sua participação na Festa, também se verificou a nível da venda militante da EP.

Em menos de uma semana, os pedidos que algumas organizações já fizeram de EPs, permitem-nos pensar que as previsões mais optimistas quanto ao número de entradas ficarão aquém da realidade.

Oferecendo a vantagem de ser vendida ao preço único de 100\$00 até ao 1.º dia da Festa do «Avante!», a EP dá ainda direito a prémios. Três sorteios estão previstos — em 31 de Julho, 31 de Agosto e em 25 de Setembro.

Que nenhuma organização, que nenhum militante fique alheio a esta tarefa! Vender a EP é, além de importante contribuição para os fundos do Partido, um modo de assegurar a festa do «Avante!» e de fazer dela a maior Festa popular de sempre em Portugal!

AVANTE NA VENDA DA EP!

A iniciativa de levar a cabo uma grandiosa festa do «Avante!» teve de imediato larga repercussão em toda a organização do Partido, apesar do empenho com que esta se dedicava à difícil e complexa batalha política em redor das eleições presidenciais.

Mais de uma centena de cartas e comunicações logo nos primeiros dias chegaram à nossa redacção, solicitando esclarecimentos e, através da Comissão da Festa, concretizando pedidos no sentido da marcação, já, de espaços para stands, manifestando o interesse por esta realização e a determinação de a levar à prática.

A capacidade criadora das organizações do Partido será — uma vez mais — posta à prova; não para que os comunistas possam entre si regozijar-se com os seus êxitos; antes para que os três dias festivos de Setembro venham a constituir uma grande jornada de confraternização, esclarecimento e cultura que possam beneficiar amplas massas de trabalhadores e de democratas.

A capacidade criadora das organizações do Partido estará patente na vasta gama de representações; cada uma delas trará qualquer coisa de novo para pôr em comum. Globalmente, as dezenas de actividades simultâneas que a Festa poderá oferecer, dá, só por si, uma ideia do esforço de planificação, da imaginação e da audácia da Comissão da

Festa, que no entanto estava certa de conseguir, como fica demonstrado pelo apoio entusiasmado, amplo e imediato, da organização, a participação de milhares de camaradas de Norte a Sul do País.

Essa participação organizada, desdobrada em múltiplas tarefas dará, com efeito, à festa do «Avante!» um carácter nacional, arrastando para a FIL uma grande amostragem do que são as lutas, as experiências, as preocupações e as vitórias não só dos comunistas mas sobretudo das amplas massas da população laboriosa a cujos destinos estão profundamente ligados.

Esse carácter nacional será marcado pela diversidade das situações em que cada organização actua, pela diversidade e riqueza da realidade do país e do nosso povo.

A juventude, convém recordar, dará uma contribuição inestimável à festa do nosso jornal. Os pioneiros irão animar com as suas actividades desportivas e culturais esses três dias de Setembro e com os seus grupos corais que já tantos conhecem. E também a União da Juventude Comunista e a União dos Estudantes Comunistas estarão, é claro, presentes. Através delas esperamos uma grande afluência juvenil, pois a capacidade de organização e de mobilização dos jovens comunistas decerto trarão ao convívio milhares e milhares de jovens progressistas que já hoje, com trabalho e estudo e empenhamento político, participam vibrantemente na defesa da democracia e no desbravamento do rumo para o socialismo.

UMA CHAMADA DE ATENÇÃO PARA AS TAREFAS POLÍTICAS

À meia-noite de 26 de Setembro, um grande fogo de artifício no Tejo encerrará uma jornada que há-de ficar na memória de todos quantos nela participarem. Jornada que ficará a um apelo, uma chamada de atenção para as tarefas políticas do proletariado em Portugal, jornada de divulgação dos objetivos da vanguarda da classe operária e dos trabalhadores, de divulgação do marxismo-leninismo.

Entre os objetivos a que fizemos referência no último número do «Avante!» (a participação cultural em realizações de qualidade, o debate, os colóquios, as exposições, a divulgação política, o apoio militante dos trabalhadores na defesa das suas conquistas fundamentais, a solidariedade internacionalista, a simples confraternização), avulta a preocupação de contribuir, com a festa do «Avante!», para a UNIDADE.

Fortalecer a Unidade entre os trabalhadores é muitas vezes um processo longo, árduo, laborioso, no qual os comunistas estão sempre nas primeiras filas, porque sabem que a unidade é uma condição essencial de qualquer vitória sobre a reacção, de qualquer avanço da democracia.

A unidade não é pois uma palavra vã; representa, muitas vezes latente, uma aspiração das massas; é uma arma nas mãos da classe operária para consolidar e defender as suas conquistas.

A festa do «Avante!» será mais um passo no fortalecimento da unidade!

O POVO NÃO ESQUECE: HÁ 31 ANOS A PIDE MATOU ALFREDO DINIS (ALEX)

O exemplo de Alfredo Dinis é uma luz, entre muitas luzes dos heróis e dos mártires da luta antifascista, que nos guia e guiará ao caminho até à vitória final.

Estas palavras do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, que foram proferidas no decorrer de um grandioso comício realizado em Almada a 4 de Julho do ano da Revolução Portuguesa, identificam-se claramente com os sentimentos de todos os verdadeiros democratas e militantes comunistas, ao recordarem a figura do nosso querido camarada Alfredo Dinis, «Alex», barbaramente assassinado pela PIDE em 1945, ano em que a luta antifascista somava mais uma grande vitória: o derrube do nazismo.

«Quatro de Julho de 1945: a manhã preludiva um quente dia de Verão e tu, Alex, descias, soltos os pedais, decerto as mãos no travão da tua bicicleta, a estrada de curvas suaves que te conduziria a casa onde viarias reunir connosco.

«Eram cerca de 9 horas e tu não sabias, Alex, que às 4 da madrugada, num esforço desesperado para decifrar papéis de um camarada que nas salas de tortura da PIDE, defendia e defendeu valentemente o Partido — o nosso Partido — os teus assassinos tinham conseguido o dado que lhes faltava para levarem a cabo o seu monstruoso crime».

Apenas com 28 anos de idade, Alfredo Dinis foi assassinado a 4 de Julho de 1945, na estrada de Bucelas, pelo famigerado agente da PIDE José Gonçalves, preso depois de 25 de Abril de 1974. Dessa brigada de criminosos faziam também parte os agentes Mário Constância e António Baptista da Silva.

A curta vida do nosso querido camarada Alex foi inteiramente vivida e dedicada aos mais belos ideais do socialismo e do comunismo, numa luta sem tréguas contra a opressão.

Operário e filho de operários, destacou-se desde muito jovem na defesa dos interesses dos seus camaradas de trabalho, estando sempre na primeira linha das lutas por melhores condições de vida, das lutas pela liberdade.

No período compreendido entre 1937 e 1939, Alfredo Dinis desenvolve uma intensa actividade revolucionária na Federação das Juventudes Comunistas, no Socorro Vermelho Internacional e no Partido da classe operária e de todos os trabalhadores — o PCP.

Preso em 1938, Alex portou-se como um verdadeiro comunista. Passados 18 meses volta à luta revolucionária em liberdade, tendo sido obrigado a passar à clandestinidade após as greves de Outubro/Novembro de 1942, jornadas de combate organizado contra a ditadura, em que a classe operária da região de Lisboa participou activamente e em massa.

Como dirigente do PCP, Alex desempenha uma extraordinária actividade clandestina no decorrer das greves de Lisboa e Baixo Ribatejo, em Julho/Agosto de 1943 e Maio de 1944.

A besta fascista não poupa esforços na perseguição deste valente revolucionário: no dia 4 de Julho de 1945, Alfredo Dinis cai para sempre, varado pelas balas assassinas do fascismo.

O camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, que viveu de muito perto com Alfredo Dinis, recorda assim os longos dias de Julho de 1945, após o cobarde assassinato:

Sabendo que o funeral de Alex saía da morgue para o Alto de S. João, muitos companheiros de trabalho abandonaram as suas actividades profissionais e compareceram na última homenagem ao nosso querido camarada. Para espanto de todos os que ali acorreram, a PIDE, nem mesmo depois de morto, deixou de perseguir Alex.

O caixão com o seu corpo foi roubado da morgue contra a vontade da família e levado por elementos da

PIDE a grande velocidade através das ruas de Lisboa, em direcção ao Alto de S. João, onde se preparavam para o enterrar. Só uma intervenção muito enérgica dos familiares e dos poucos amigos que entretanto haviam chegado à beira do coval obrigou os assassinos da PIDE a abrir o caixão de Alex antes de descer para sempre à sepultura.

Com o espanto de todos os presentes pôde observar-se a marca de um tiro à queima-roupa ao canto de um olho de Alex, prova de um crime friamente perpetrado.

HOMENAGEM

A Comissão Concelhia de Loures e a Comissão de Freguesia de Bucelas do PCP prestam homenagem à memória de Alfredo Dinis «Alex», no próximo domingo, 31.º aniversário de seu assassinato.

Na celebração deste acto, a que estarão presentes camaradas do Comité Central do nosso Partido, está previsto uma romagem ao local onde foi assassinado o destacado dirigente da classe operária (na localidade de Bemposta) e será descerrada uma lápida no Centro de Trabalho de Bucelas cerca das 10 horas.

O «Avante!» apela à presença dos trabalhadores e democratas nestes actos de homenagem a um dos heróis e mártires do nosso Partido, cuja luta e coragem constituem motivos de exemplo para todos os verdadeiros revolucionários.

É INAUGURADA HOJE A EXPOSIÇÃO SOBRE «A JUVENTUDE SOVIÉTICA»

Assistirá à inauguração oficial, que se realiza cerca das 18 e 30, um representante do Presidente da República, o embaixador da URSS em Portugal, camarada Arnold Kalinine, membros do Governo, corpo diplomático e personalidades da vida cultural e científica do nosso País

No decorrer de uma conferência de Imprensa efectuada na sede nacional da Associação de Amizade Portugal-URSS foi revelado aos órgãos de Informação que a grande exposição sobre «A Juventude Soviética» será inaugurada hoje em Lisboa, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, onde permanecerá até ao próximo dia 18.

Presentes na mesa que orientou este encontro com os jornalistas vários representantes dos organismos governamentais que colaboram na iniciativa (Ministério da Educação e Investigação Científica através da Direcção-Geral do Ensino Superior, Direcção-Geral do Ensino Secundário, Direcção-Geral do Ensino Básico, Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, Direcção-Geral dos Desportos, Delegação Distrital de Lisboa e Delegação Nacional do FAOJ, Reitoria da Universidade de Lisboa; Ministério da Comunicação Social através da Direcção-Geral da Acção Cultural; Ministério da Administração Interna; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Secretaria de este dos Transportes e Comunicações e INATEL), o director da exposição, um representante do adido cultural da embaixada da União Soviética em Lisboa e ainda dois elementos do Conselho Directivo da Associação: Armando Myre Dorez e António Duarte.

Depois de salientarem que já foi estruturado em conjunto com aqueles organismos o programa de actividades culturais, desportivas e de convívio que decorrerá durante o período da exposição, os membros da Associação afirmaram que o certame «tem por objectivo possibilitar aos portugueses o conhecimento da realidade soviética, da política interna e externa da URSS e dar uma ideia do papel e do lugar que ocupa a Juventude do país.

«Os materiais expostos vão documentar a participação das novas gerações na vida social, política, económica e cultural da URSS.

«Os visitantes da Exposição poderão ver nas fotos coloridas e a preto e branco como trabalham e passam o seu tempo livre os jovens soviéticos de todos os pontos do país — Ásia Central, Extremo Oriente, o Cáucaso, etc.»

«A Exposição — salientou António Duarte — inclui obras de pintura, por exemplo, o quadro dos jovens pintores soviéticos, que se chama «Mundo de Amanhã».

«Existe uma secção especial dedicada às crianças as quais consideramos a única classe privilegiada na URSS. A juventude soviética mostra nos desenhos o seu próprio mundo. A pintora mais jovem, Olga Ilichenko, tem 5 anos de idade. Na secção de gravuras estão representadas mais de 60 obras de jovens.

«Os visitantes poderão ver os livros populares soviéticos na secção subordinada a este tema.»

Na secção de «Artes Populares» podem ser



apreciados vários testemunhos das tradições de artesanato e folclore.

A qualidade dos trabalhos que vão estar patentes já foi apreciada pela primeira vez no Canadá, mais tarde nos Estados Unidos e na Índia, e recentemente na Grécia. Foi visitada por mais de 20 milhões de pessoas, sendo considerada como «uma verdadeira escola da vida da Juventude e do povo soviético».

É de salientar, também, que vão estar entre nós vários conferencistas e intérpretes soviéticos que realizarão colóquios e conferências integradas nas jornadas da cultura, desporto, recreio, ensino, ciência, técnica, juventude, trabalho, amizade e solidariedade.

HORÁRIO DA EXPOSIÇÃO

A exposição estará patente das 16 às 23 horas em Lisboa (Sociedade Nacional de Belas-Artes), até ao próximo dia 18, no Porto (Palácio de Cristal), de 23 de Julho a 8 de Agosto e em Faro, de 13 de Agosto a 28 de Agosto.

ATENTADO BOMBISTA CONTRA A «PORTUGAL-URSS»

Depois dos atentados à bomba contra o Centro de Trabalho do nosso Partido na Avenida da Liberdade, a embaixada de Cuba e a Associação de Amizade Portugal-Moçambique, a mão criminosa do vandalismo voltou a actuar. Desta vez o alvo foi a Associação Portugal-URSS, organização que orienta toda a sua actividade em prol da cooperação e do intercâmbio cultural entre dois povos, nas esferas da paz e da amizade.

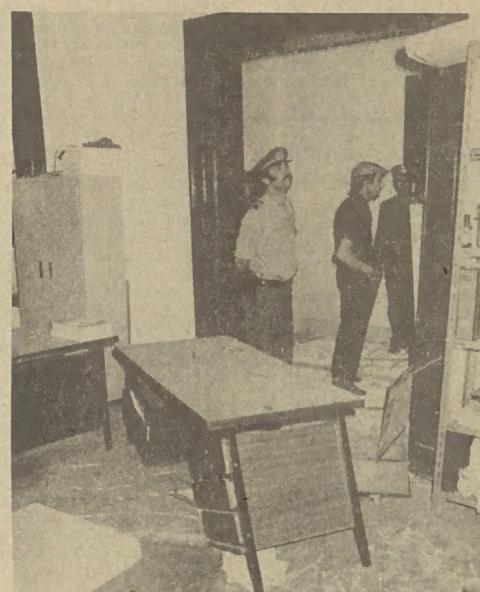
Assim, uma carga explosiva de elevada potência deflagrou cerca das 0 horas do passado domingo na sede da Associação, à Lapa. O estrodo da explosão foi ouvido em várias zonas da cidade, designadamente em Alcântara e no Alto de St.º Amaro.

Os prejuízos causados elevam-se a algumas centenas de contos. Além de danos nas próprias instalações (vidros estilhaçados, portas arrancadas e o estuque de paredes e tectos destruído), há ainda a registar a destruição de mobiliários e um projector de filmes.

Especialistas de Minas e Armadilhas da PSP e da Polícia Judiciária procederam às investigações, que confirma a elevada potência do engenho, colocado num dos cantos do degrau exterior da porta do edifício (um palacete muito antigo), a cuja robustez se deve o facto de o atentado não ter tido consequências mais graves.

Durante a tarde de sábado tinha-se realizado na sede da Associação Portugal-URSS um reunião de trabalho para debater pormenores relativos à exposição sobre «A Juventude Soviética». Os participantes retiraram-se para jantar, permanecendo nas instalações apenas duas pessoas que ali habitam e que por volta das 20 e 30 inspecionaram o edifício sem notarem qualquer anomalia.

Sobre este atentado criminoso, o Conselho Directivo da Associação divulgou um comunicado em que se salienta: «O Conselho Directivo da Associação Portugal-URSS vem publicamente manifestar a sua indignação



Aspecto parcial das destruições na Associação de Amizade Portugal-URSS

e repulsa por mais um atentado terrorista, desta vez contra a sua sede nacional em Lisboa, que produziu avultados prejuízos.

É significativo que o alvo de mais este acto criminoso seja esta Associação, cuja actividade é dirigida ao desenvolvimento das relações de amizade e ao intercâmbio cultural, social e científico do povo português com o povo soviético no interesse da Paz e da Cooperação e que está perfeitamente integrada nos princípios expressos na Constituição, que consagra relações de amizade com todos os povos.

É também significativo que esta acção terrorista tenha lugar a poucas horas de se realizar no nosso país um acto cívico de grande transcendência para a consolidação da Democracia, qual é a eleição do Presidente da República. Esta acção é assim demonstrativa que são verdadeiramente

antipatrióticas as forças que lutam, sem limites de ordem moral, contra os interesses verdadeiros do povo português.

«PAZ E AMIZADE»

Espera este Conselho Directivo que sejam tomadas sem mais perda de tempo as medidas que se impõem para que o terrorismo seja efectivamente dominado no nosso país.

A Associação de Amizade Portugal — URSS divulgou recentemente o primeiro número do seu boletim (trimestral) — «Paz e Amizade» — em cujo editorial se salienta: «Dado o número já notório, bem como a larga e crescente implantação, a nível nacional, dos filiados da Associação Portugal-URSS, ia-se tornando cada vez mais imperiosa e inadiável a publicação periódica dum boletim que lhes viesse a servir como de elo indispensável

tanto de coordenação como de informação e, ao mesmo tempo, como agente promotor, entre os nossos dois países, dum progressivo conhecimento recíproco que, além de tentar limpar ou desfazer as teias da desinformação, permitirá estreitar laços de militante amizade e assim contribuir, embora em diminuta escala, para fazer mais saudável a atmosfera de distensão, aproximação e entendimento entre os povos do mundo.

«São esses os propósitos fundamentais de «Paz e Amizade» que agora inicia a sua carreira e que deste modo virá preencher um lugar próprio no espaço da nossa imprensa. Sempre animados por espírito francamente aberto, compreensivo e anti-sectário, que reputamos imprescindível, procuraremos dar regularmente notícia formativa e informativa sobre as mais variadas actividades (e já hoje são muitas) da nossa Associação e, em estreita cooperação com congéneres Associações de Amizade com outros países, em particular com

Associação URSS-Portugal, que já funciona em Moscovo, dentro do quadro geral das Sociedades Soviéticas de Amizade com os países estrangeiros e com a qual assinámos em 75 e 76 dois importantes convénios culturais, iremos proporcionando aos nossos assinantes e leitores, através de artigos vários, de relatos, de entrevistas, etc. tratando a maior diversidade de temas, todo o possível material de informação e cultura, em ordem a facilitar-lhes o mais adequado alcance de tais propósitos».

Neste primeiro número do boletim, que tem como director Joaquim Seabra Dinis, são abordados vários aspectos da cooperação e amizade entre os povos de Portugal e da União Soviética, destacando-se no sumário os artigos «XXV Congresso do PCUS», «Visita do prof. Khókhlov», «Desporto na União Soviética» e «As Relações Portugal — URSS vistas pelo embaixador Mário Neves».

SEARA NOVA

AS MULHERES PORTUGUESAS NA RESISTÊNCIA

Rosenery Nobre de Melo, autora deste livro, e algumas das mulheres cujas biografias políticas, arrancadas aos ficheiros da PIDE/DGS, são descritas nesta obra, estarão presentes no próximo dia 2, pelas 21,30 h. na

LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAIS

para falar do papel da mulher portuguesa na luta contra o fascismo.



Até quando?

O DIREITO À HABITAÇÃO

Enquanto a Constituição consagra o direito à habitação, assiste-se diariamente a miseráveis acções de despejo que deixam sem casa famílias inteiras. A quem cabe a responsabilidade por estes actos?

Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar — art.º 65.º da Constituição Portuguesa em vigor, que consagra o direito à habitação. A lei estabelece ainda, entre outras coisas, que compete ao Estado programar e executar uma política de habitação inserida em planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais (...).

Não obstante a legislação em vigor, têm vindo a aumentar substancialmente as acções de despejo, frequentemente acompanhadas por violências e prepotências judiciais e policiais. Recorrendo a leis anteriores já ultrapassadas pela actual Constituição, os senhorios, «ajudados» por forças militarizadas, as mais das vezes obedecendo a ordens superiores do Ministério da Justiça, têm atirado para a rua famílias inteiras, sem um mínimo de respeito por pessoas idosas, crianças e doentes, que de um momento para o outro ficam desprovidas de um tecto onde se abrigar e, muitas vezes, privadas de toda a mobília e bens que possuem.

Este facto, em si bastante grave, enquadra-se num panorama mais geral e deveras preocupante que tem a ver com o cumprimento da Lei Geral do País e com a defesa dos direitos das populações.

Cabendo às autoridades zelar pelo cumprimento da lei e impedir os abusos e especulações de quem nada produz, cabe aqui perguntar como se podem justificar as intervenções de forças policiais nas acções de despejo, quantas vezes agredindo e insultando impunemente famílias cujo único «crime» é não terem uma casa para morar nem dinheiro suficiente para satisfazer imposições de senhorios que pretendem cobrar rendas astronómicas que lhes permitam assegurar os chorudos lucros a que estavam habituados no anterior regime.

INICIATIVA POPULAR

Embora compita ao Estado a resolução do grave problema da habitação, não podem nem devem as massas populares ficar de braços cruzados à espera das soluções que tardam em surgir. A iniciativa das populações organizadas em torno de comissões de moradores, trabalhadores e autarquias locais; já mostrou de quanto é capaz e de como se podem vencer obstáculos quando todos se empenham na resolução de problemas que a todos afectam.

O exemplo que nos chega da Câmara Municipal de Oeiras é bastante esclarecedor. A referida Câmara vai mandar construir em Linda-a-Velha um bairro que dará habitação condigna a 190 famílias.

Onde as populações estão organizadas, onde nas autarquias locais existem pessoas livremente escolhidas pelo povo, e portanto, identificadas com as aspirações e necessidades das massas populares, em vez de acções de despejo assiste-se à construção de casas, em vez de terrenos abandonados surgem zonas verdes e parques infantis, em vez de crianças na rua nascem creches e infantários.

E dentro deste espírito criativo e empreendedor que se enquadra também a criação de Cooperativas de Habitação Económica que têm vindo a encontrar eco nas mais

diversas zonas do país, tendo-se já realizado um encontro a nível nacional que analisou, entre outras coisas, o sistema de financiamento às unidades de cooperação económica, até há data ainda não definido pelo Governo.

Porque ao Governo compete apoiar estas iniciativas, conforme o consagra a Constituição; porque o Governo, se efectivamente se propõe velar e pugnar pelos interesses e direitos das massas populares, não pode de forma alguma deixar de assumir as responsabilidades que lhe cabem na resolução dos grandes problemas

nacionais. E isto só se tornará possível com um Governo de esquerda, que siga consequentemente uma política de esquerda.

Que as acções de despejo não se tornem uma prática atentatória do inalienável direito à habitação. Que acima dos interesses de uns poucos se coloquem sempre os interesses da colectividade.

Só assim a sociedade portuguesa poderá caminhar para a democracia; só assim a sociedade socialista, opção claramente expressa pela esmagadora maioria do povo português, se poderá vir a tornar uma realidade.

MOÇAMBIQUE COMEMORA, A INDEPENDÊNCIA

Democratas e progressistas portugueses associam-se às comemorações. O prof. Rui Luís Gomes assiste no Maputo ao Dia da Independência. O PCP e o MDM enviam mensagens à sessão no São Luís. Colóquio e debate no Porto

A República Popular de Moçambique comemorou em 25 de Junho o primeiro aniversário da sua inclusão entre os países independentes e soberanos. Várias iniciativas assinalaram essa data. Em todas elas ficou expresso o balanço positivo das realizações do povo trabalhador de Moçambique neste primeiro ano de independência e de luta.

Samora Machel, presidente da RPM, ao participar numa grande manifestação comemorativa do 25 de Junho, na capital, destacaria entre as tarefas fundamentais do país as que se relacionam com a intensificação da «vigilância contra o inimigo interno e externo, contra as ideias erradas e os desvios ideológicos, contra o tribalismo, o regionalismo e o racismo».

São tarefas também da hora presente, e tarefas vitais, «aumentar a produtividade em todos os sectores da economia — frente essencial para a consolidação da nossa Revolução — e consolidar a nossa unidade de classe e a nossa unidade revolucionária».

Entre as realizações em curso, Samora Machel focaria «o combate para extirpar e destruir as raízes e vestígios do colonialismo nas estruturas e nas mentalidades». A recuperação das terras pelo povo, «deu dono legítimo» e a nacionalização da medicina, que «fazia da doença uma mina de exploração e da saúde um privilégio para as classes beneficiadas pelo sistema colonial» são também realizações que contam no activo do novo Estado e conquistas a consolidar na hora que passa, hora de combate por uma economia planificada, por um desenvolvimento «através do qual construiremos a nossa independência económica, tendo a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador».

Embora um ano seja tempo

reduzido na vida de um povo, o que terminou em 25 de Junho tem a distinção de a escolha firme de um caminho e os marcos que nele já foram colocados para a construção do socialismo em Moçambique.

Os povos português e moçambicano têm em comum uma tarefa à medida dos povos livres: a destruição completa da herança colonial-fascista, num progresso pacífico a caminho do socialismo. A presença do prof. Rui Luís Gomes, nas comemorações do dia da independência no Maputo, integrado na delegação portuguesa da Conferência Mundial da Paz, e a homenagem que recebeu dos dirigentes e do povo da RPM, não foram apenas provas de amizade para com o grande lutador antifascista português. Foram, juntamente com outras provas, como quando da presença do camarada Álvaro Cunhal em Moçambique e da delegação do PCP que chefiou, reafirmações bem nitidas da necessidade de fortalecer a cooperação e amizade sem ingerências entre os dois povos, países e governos.

Na defesa dos mesmos princípios de amizade e cooperação decorreu em Lisboa, no Teatro São Luís, uma sessão comemorativa do primeiro ano de Moçambique

independente. Promovida pela Associação de Amizade Portugal-Moçambique, a sessão teve a assinalável firmeza e a vontade de luta antifascista e anti-imperialista expressa na palavra de ordem «a luta continua» entoadá bem alto por uma sala repleta, que aplaudiu com entusiasmo e esperança no futuro as personalidades presentes, entre as quais se contava Vitor Crespo, Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho e outros «capitães de Abril».

O presidente da Associação, Silva Graça, recordou os homens do MFA que, «em conjunto com o povo, foram os verdadeiros responsáveis pela descolonização» e referiu-se à luta dos dois povos, português e moçambicano, contra os mesmos inimigos, o fascismo, o colonialismo e o imperialismo», sublinhando a necessidade de, nos termos da Constituição, se fortalecerem os «laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa».

A sessão no São Luís foi ainda assinalada pela exibição do filme «Do Rovuma ao Maputo», que narra a apoteose popular de que foi alvo Samora Machel por todo o país, antes de ser investido no cargo de Presidente da República.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português enviou

uma mensagem, que foi lida durante a sessão. Nela se refere, com o significado histórico que os caracterizam, os laços de solidariedade que sempre uniram os povos português e moçambicano, na luta contra os mesmos inimigos.

Saudando a luta das mulheres moçambicanas e a sua organização de vanguarda, o Movimento Democrático das Mulheres «enviou, por sua vez, à sessão comemorativa do São Luís uma mensagem de solidariedade militante para com a luta do povo moçambicano».

O dia da independência de Moçambique foi comemorado também no Porto com uma sessão no salão nobre da Faculdade de Engenharia. Depois de uma leitura de poemas e da apresentação de canções e hinos revolucionários da RPM, usou da palavra o dr. Albertino de Almeida, ex-embaixador de Portugal na RPM, que analisou pormenorizadamente as relações do nosso país com o jovem Estado africano. Seguiu-se um animado debate onde se patenteou mais uma vez o interesse dos dois povos, português e moçambicano, no fortalecimento da solidariedade e na melhoria das relações entre dois Estados livres e soberanos.



Entusiasmo da assistência na sessão do S. Luís

ENCONTRO EUROPEU DA JUVENTUDE

Realizou-se em Varsóvia, de 19 a 24 deste mês, o Encontro Europeu da Juventude e dos Estudantes, que decorreu sob a consigna «A Juventude e os Estudantes da Europa por uma Paz Duradoura, a Segurança, a Cooperação e o Progresso Social».

Este Encontro culminou uma série bastante vasta de contactos bilaterais e multilaterais levados a cabo por organizações internacionais, regionais e nacionais com vista ao estabelecimento de uma plataforma comum de luta pela aplicação da Acta Final da Conferência de Estados de Helsínquia sobre a Segurança e Cooperação na Europa.

Participaram no Encontro mais de 90 organizações de todos os países europeus, quer partidárias, quer profissionais, quer associativas, sendo comum a todas elas o desejo de contribuírem para a criação de um clima de paz, segurança, cooperação e progresso social na Europa. Para além das organizações participantes estiveram também presentes organizações convidadas tais como a JMPLA, ANC, a Unidade Popular do Chile, a Juventude Vietnamita, o Movimento Pan-Africano da Juventude, que informaram a Conferência do estado actual da luta nos seus países.

O objectivo mais geral do Encontro, tal como foi definido no documento final, era analisar o desenvolvimento da situação política na Europa, dar um apoio construtivo e estudar todas as possíveis medidas a tomar com vista a reforçar todo o processo positivo que se desenrola na Europa, de modo a que haja uma completa, igual, integral, consequente e criativa aplicação de todas as decisões da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, e para que mais passos sejam dados neste processo pelos Estados participantes na Conferência, bem como pelas forças políticas e sociais desses países.

COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE

Os trabalhos do Encontro dividiram-se por cinco comissões — Análise da situação política na Europa e a

contribuição da Juventude e dos Estudantes para o desenvolvimento positivo do Processo; O papel das organizações da juventude e dos estudantes na aplicação das soluções da CSCE e na luta pela paz, a segurança, cooperação e progresso social em todos os campos; A situação política, económica e social da juventude e dos estudantes na Europa e a sua luta pelo Progresso Social; A juventude e os estudantes da Europa pela solidariedade internacional e a cooperação e a sua contribuição na luta contra o fascismo e a reacção; Cooperação e acções conjuntas da juventude e dos estudantes da Europa e das suas organizações, turismo juvenil e estudantil, intercâmbio e actividades de tempos livres como forma de reforçar a cooperação e compreensão mútua dos jovens de diferentes países.

Para além do trabalho nas comissões realizaram-se também sessões plenárias onde cada organização expôs os seus pontos de vista sobre a temática geral do Encontro e onde foram aprovados o documento final e um apelo à juventude.

Da delegação portuguesa que participou neste Encontro, a convite da FMJD, faziam parte, além de militantes da UJC e UEC, representantes do departamento de juventude da Intersindical e de movimentos estudantis católicos.

De salientar o realce dado pelo Encontro aos avanços verificados no campo da cooperação e segurança no continente; ao aprofundamento da detente política; ao progresso da política de desarmamento; à importância da criação de uma nova ordem económica internacional, que passa pelo apoio dos países desenvolvidos aos países em vias de desenvolvimento.

O Encontro considerou que se deve avançar na criação de formas mais fortes de cooperação da juventude e dos estudantes europeus, decidindo-se estudar este problema em todos os seus aspectos políticos, sociais e económicos, tendo como ponto fundamental a garantia da autonomia do movimento juvenil e estudantil.

De referir, por último, que este Encontro foi organizado pela federação das União Socialistas da Juventude Polaca, que paralelamente

organizou encontros de solidariedade com diversos povos, entre os quais Portugal. Os jovens portugueses presentes em Varsóvia tiveram oportunidade de constatar a grande amizade e activa solidariedade que a juventude polaca dedica ao nosso povo e à luta que travamos por um

Portugal democrático a caminho do socialismo.

O documento final do Encontro expressa também a solidariedade da juventude e dos estudantes da Europa para com as forças que em Portugal lutam pela consolidação da democracia e progresso social do nosso país.



NO ÂMBITO
DAS COMEMORAÇÕES
DO 1.º ANIVERSÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA
DE MOÇAMBIQUE

Na
Feira Popular de Lisboa
STAND "AVANTE!"

GRANDE
EXPOSIÇÃO-VENDA
DE LIVROS - DISCOS
EMBLEMAS - CARTAZES

em colaboração com o «Instituto Nacional do Livro e do Disco» de Moçambique



SAUDAÇÃO À FRELIMO

Por ocasião do primeiro aniversário da República Popular de Moçambique, o Comité Central do PCP enviou ao Comité Central da FRELIMO a seguinte saudação:

«Queridos Camaradas:

No momento em que o povo da República Popular de Moçambique comemora o primeiro aniversário da independência da sua Pátria, é com profunda emoção que o Comité Central do Partido Comunista Português vos envia e, por vosso intermédio, a todo o povo moçambicano, as suas mais calorosas e fraternais saudações.

Saudamos com alegria os êxitos alcançados pelo povo de Moçambique que, sob a direcção da FRELIMO, sua vanguarda revolucionária, iniciou neste primeiro ano de independência a construção de uma nova sociedade. Seguimos com grande atenção e interesse o desenvolvimento do processo revolucionário na República Popular de Moçambique e a sua profunda repercussão a nível africano e internacional. A despeito de todos os esforços da reacção e do imperialismo para esmagar a Revolução Moçambicana, Moçambique independente e soberano conta já com um ano de conquistas revolucionárias que abriram às massas populares a perspectiva de uma mudança radical de vida e alcançou um lugar prestigiado na comunidade internacional.

Os comunistas portugueses, empenhados a fundo na defesa e consolidação das conquistas históricas do 25 de Abril — as liberdades, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário — lutam actualmente pela efectiva institucionalização do regime democrático rumo ao socialismo consagrado na Constituição.

Ao longo destes dois anos de um processo revolucionário acidentado e complexo, o PCP tem defendido com firmeza, antes e depois da proclamação da independência da República Popular de Moçambique, as suas posições internacionalistas e, simultaneamente, patrióticas, em relação à FRELIMO e ao povo irmão moçambicano.

Apreciando altamente as realizações do vosso povo sob a direcção revolucionária da FRELIMO, os comunistas portugueses consideram que os êxitos por vós já alcançados constituem simultaneamente um importante contributo para o desenvolvimento do processo revolucionário em Portugal. Contra os esforços da reacção interna e do imperialismo internacional tendentes a criar contínuas dificuldades às relações entre Portugal e a República Popular de Moçambique, o PCP tem lutado e lutará para que essas dificuldades sejam ultrapassadas e para que se possam normalizar entre os nossos dois países relações de cooperação, baseadas nos princípios de igualdade, do respeito pela soberania, do respeito mútuo dos interesses e da não ingerência nas questões internas.

Queridos Camaradas:

Hoje, como no passado, durante os difíceis anos da luta contra o fascismo e o colonialismo, poderéis sempre contar com o apoio activo, a solidariedade revolucionária e a fraternal amizade dos comunistas portugueses.

Ao longo dos duros anos do passado, forjaram-se e desenvolveram-se profundos laços de amizade, cooperação e solidariedade entre os nossos dois partidos. Estamos certos de que esses laços se estreitarão e reforçarão agora ainda mais na base dos princípios do internacionalismo proletário.

Estamos confiantes, queridos camaradas, em que se estreitarão mais e mais as relações de amizade entre os nossos dois povos e que, apesar das dificuldades actuais, novas possibilidades se abrirão também à cooperação entre os nossos dois países, no interesse comum do povo português e do povo moçambicano.»

Mensagem de Álvaro Cunhal
e Samora Machel

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, enviou ao camarada Samora Machel, presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, a mensagem seguinte:

«Ocasão primeiro aniversário República Popular de Moçambique saúdo calorosamente grandes vitórias alcançadas pelo povo moçambicano sob a direcção da FRELIMO e expresso certeza laços fraternais que unem o PCP e a FRELIMO continuarão a reforçar-se no interesse nossos dois povos e nossos dois países.»

LIQUIDAR O FASCISMO NO URUGUAI

Depoimento de Rodney Arismendi

Prosseguimos hoje a publicação dos depoimentos feitos ao «Avante!» acerca da situação nos respectivos países pelos destacados dirigentes comunistas que estiveram em Portugal aquando da realização da Jornada de Solidariedade com os Povos da América Latina. Desta vez falaremos do Uruguai, dando a palavra ao camarada Rodney Arismendi, primeiro-secretário do Comité Central do Partido Comunista do Uruguai e destacada figura do Movimento Comunista Internacional.

Militante comunista desde 1931, foi secretário da Juventude Comunista do Uruguai e fundador do Movimento Estudantil Comunista. É membro do CC do PCU desde 1942 e 1.º Secretário desde Julho de 1955. Desde 1946 até Junho de 1973, data do golpe de Estado que instaurou no Uruguai uma ditadura fascista, Arismendi foi deputado comunista, tendo desenvolvido uma notável actividade parlamentar.

Em 1946 estava condenado a 6 anos de prisão pela sua actividade revolucionária em defesa da liberdade do povo uruguaio, tendo sido amnistiado. Foi preso em Maio de 1974, um ano após o golpe de Estado, tendo-lhe sido imposto o exílio em Fevereiro de 1975.

Foi o director do órgão diário do PCU e da revista teórica «Estudos». Entre as diversas obras de que é autor destacam-se, pela sua importância, «Filosofia del Marxismo», «Para um Prontuário do Dollar», «Problemas da Revolução Continental» e «Insurgência Juvenil».

Pelo seu valioso contributo para a luta política e ideológica pela libertação dos povos, Rodney Arismendi foi distinguido com a Medalha da Revolução de Outubro e com o prémio Dimitrov. É Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lomonosov.

Em primeiro lugar, desejo transmitir a excelente impressão colhida durante a nossa breve estadia em Portugal, no que se refere ao PCP, à sua força no seio da classe operária e das massas trabalhadoras. O nosso Partido seguiu sempre com muita atenção a luta heróica do PCR contra o fascismo.

O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Apesar do nosso Partido estar na clandestinidade quando foi derrubado o governo fascista português, esse acontecimento teve uma grande repercussão no Partido, nas forças progressistas e despertou, inclusive, grande simpatia em sectores das Forças Armadas. Aliás, a manifestação pública dessa simpatia levou ao afastamento dos seus cargos de alguns militares patriotas. O próprio general que foi durante muito tempo chefe dos serviços de informação militares afirmou numa entrevista ao jornal «Guardian», antes de ter sido assassinado, que uma das vias para a resolução do problema do Uruguai era conseguir a aliança entre os sectores militares antifascistas e o povo, principalmente com a classe operária e o poderoso movimento sindical uruguaio. Pouco tempo depois foi assassinado misteriosamente; ninguém no Uruguai acredita que tenha sido vítima de comandos da ultra-esquerda, como se procura fazer crer. Foi assassinado pela CIA e por agentes do fascismo uruguaio.

Creio que um traço característico do processo português, como tivemos oportunidade de constatar, é o grande entusiasmo e consciência da classe operária nos principais centros industriais. Esse entusiasmo é acompanhado da consciência do papel do PCP e do seu papel de vanguarda no desenvolvimento da revolução portuguesa, da necessidade de defender a democracia e aprofundar o processo revolucionário consolidando as conquistas já alcançadas.

O mínimo que se pode dizer da nossa visita ao Alentejo, do contacto com os trabalhadores de cooperativas agrícolas, é que se nota a presença formativa e organizativa do Partido.

Na Universidade encontramos um auditório estudantil interessado, ávido da discussão dos problemas do marxismo-leninismo, das relações da revolução portuguesa com a revolução latino-americana, com os processos mundiais.

Tudo isto nos dá uma imagem da situação que se vive em Portugal, que fortalece a nossa luta e revela a importância da revolução portuguesa no mundo de hoje e na Europa de hoje.

A queda do fascismo em Portugal é, na verdade, a primeira revolução na Europa após as transformações socialistas e democráticas originadas pela vitória da URSS sobre o nazismo, o desenvolvimento democrático na Europa e a extensão da zona socialista a numerosos países. Não se pode sequer comparar a caída do fascismo em Portugal com a caída do fascismo na Grécia. Identificam-se apenas na importância que representa o desaparecimento de focos de fascismo na Europa, ao mesmo tempo que enfraquece o fascismo em Espanha. Diferenciam-se nas suas projecções — uma coisa é o estabelecimento da democracia política através da instituição da democracia burguesa e outra é uma revolução. Em Portugal, a queda do fascismo é acompanhada pelas nacionalizações; com uma Reforma Agrária radical que, apesar de se aplicar apenas numa parte do país nem por isso deixa de ser um marco, uma parte dos postulados de alterações profundas; com uma classe operária unificada que deu provas, onde é acompanhada pelo Partido, que do ponto de vista teórico tem condições de ser vanguarda.

Diferenciam-se também no facto de apesar do problema das F. Armadas não ter sido resolvido completamente, o processo revolucionário democrático ter chegado às F.A. e ter projectado publicamente importantes figuras militares.

Assim, pensamos que a revolução portuguesa nos dá grandes ensinamentos. Em última instância, temos fascismo no nosso país, temos latifúndios, temos a presença do capital estrangeiro e do imperialismo. Quer dizer que as tarefas democráticas, antifascistas e anti-imperialistas estão no centro da nossa problemática revolucionária, como o sublinhou a Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina no seu documento principal em que afirma que o caminho do socialismo no nosso continente passa pelo anti-imperialismo. Referindo-se aos diversos matizes da realidade do continente coloca o problema de uma estratégia antifascista inserida no quadro da luta anti-imperialista e democrática em geral. Isto aproxima, com todas as diferenças e características específicas de cada uma, com a sua temática e os seus postulados, a revolução portuguesa da nossa revolução, e pensamos que devemos aproveitar para a nossa revolução a experiência do processo português.

A ESTRATÉGIA E A TÁCTICA

O nosso Partido, durante muito tempo, centralizou a sua estratégia e tática em função das forças sociais e anti-imperialistas, ou seja, unir, educar e mobilizar a classe operária, forjar a aliança com o campesinato, ganhar as classes médias, ganhar ou neutralizar importantes sectores da burguesia nacional e conseguir a sua participação, até onde for possível, na luta anti-imperialista. E para isso estabelecer, ao mesmo tempo, a criação de um grande Partido Comunista capaz de se tomar uma força política real na vida do país, implantado na classe operária, unido à força das massas, que seja simultaneamente um grande Partido de quadros e de massas e que com a força das massas na sua luta possa romper a superestrutura política que no Uruguai estabelecia o monopólio do partidário na vida do país, que se caracterizava pelas suas instituições democrático-burguesas, pelo nível de instabilidade política nas massas e de participação na discussão política e, inclusive, pelo nível de educação e instrução públicas médias do país — o Uruguai é o país da

América Latina com menor índice de analfabetismo, com Universidades democráticas, com um ensino primário muito elevado.

Apesar de tudo isto, as classes dominantes no Uruguai empenharam-se para que o campo político se mantivesse limitado aos partidos tradicionais. Para nós o problema foi, durante muito tempo, de como acumular bastante força para entrar na vida política do país e encontrar a forma das alianças que estavam proibidas pela lei da Constituição. Conseguimos entrar. Entre os fins dos anos 50 e fins dos anos 60 conseguimos a organização e unificação sindical da classe operária do país. De três centrais que existiam — uma «amarela» outra dirigida pelo imperialismo norte-americano e outra dirigida pelos comunistas — conseguimos chegar à formação de uma Central Sindical Única. Essa Central operária, que unia não só todo o proletariado como a grande maioria da massa dos assalariados, grandes sectores dos funcionários de Estado, professores universitários e professores em geral, etc. que se mantinham em estreita aliança com os médicos que possuíam um grande sindicato e com os estudantes, formou-se através de um processo de lutas, de experiências das massas que culminam em diferentes momentos do processo de unidade, libertando-se ao mesmo tempo dos líderes «amarelos» e agentes do imperialismo. De tal forma que, quando a Central Sindical chegou à sua força máxima era dirigida só pelos comunistas ou por aliados muito próximos.

O outro grande componente que nos permitiu avançar foi o impacto gigantesco da revolução cubana nas massas populares, na juventude, na intelectualidade e nos estudantes.

Como as alianças são proibidas, é muito modestamente que vamos forjando a unidade no plano das massas ao mesmo tempo que procuramos a unidade no plano dos Partidos. Primeiro formamos um pequeno sector unitário de frente de esquerda, com

com desenvolvimento capitalista médio, um poderoso capital monopolista.

Se de início os protagonistas da classe dominante eram os latifundiários, os grandes comerciantes e alguns sectores da indústria, agora passaram a ser os banqueiros. Banqueiros que são um centro monopolista que unifica sectores do latifúndio, o conjunto do comércio de importação e exportação, o capital bancário e começa a absorver sectores importantes da indústria nacional mais rentáveis. Fazem-no através de patentes, de compromissos financeiros, de empréstimos muito dificultados, constituindo um capital monopolista muito importante que, a partir da política do Governo vigente desde os anos 60, passa a ser regulado directamente pelo Estado.

Antes do golpe de Estado chegou a ser constituído um Ministério onde estiveram presentes, directamente, os homens que aplicaram uma política de repressão económica, os homens que levaram ao decretamento do estado de sítio em 68! O golpe de Estado foi em Junho de 73 mas desde Junho de 68 que o Uruguai vivia em estado de sítio. Mantendo-se o Parlamento, claro, mantendo-se a legalidade dos partidos, censurando a imprensa, organizando fraudulentamente as eleições, enganando as ruas, proibindo a greve. Só no ano de 68 fizeram-se 25 paralisações gerais de carácter político, contra o estado de sítio, por reivindicações operárias, em apoio ao regime anterior.

Até ao fim dos anos 60 conseguimos um certo nível de acumulação de forças — o exército estava connosco na vida interna do país; a classe operária estava unificada e dirigida politicamente pelos comunistas, participando na vida do país; o movimento estudantil organizado e aliado da classe operária; a organização dos assalariados rurais estava no início, formavam-se cooperativas agrícolas. Com a nossa influência e com a influência da organização central dos trabalhadores organizou-se e realizou-se o Congresso do Povo que reuniu, num grande congresso sobre o tema económico, o movimento sindical, o movimento intelectual, as cooperativas agrícolas, representantes do pequeno comércio, etc.

Havíamos formado uma frente ampla, ou seja, tínhamos pela primeira vez o importante instrumento da unidade política para acompanhar o processo da evolução social e havíamos formado um Partido de massas. O Partido tinha 50 000 membros e mais 20 000 na Juventude comunista. A percentagem de trabalhadores era de 78%, concentrados nos grandes centros. Tínhamos uma importante rede de imprensa, um jornal de massas com muitas páginas a cores; havia um semanário da juventude comunista e existia uma grande rede de jornais de base.

É nesta situação que se realizam as eleições.

O GOLPE: O ESQUERDISMO FAVORECE AS FORÇAS DA REACÇÃO

No dia seguinte às eleições, os Tupamaros desencadeiam uma vasta acção terrorista. Sob o pretexto de que alguns militares pertencem ao Esquadrão da Morte, os Tupamaros executam num só dia vários oficiais e alguns dirigentes políticos. É evidente que o governo utiliza isto para colocar em primeiro plano os generais fascistas, que aproveita para estabelecer um clima de repressão, o qual não vai apenas originar a perseguição ao movimento tupamaro, mas a toda a esquerda, incluindo os meios militares.

É nestas circunstâncias que se realizam as grandes greves gerais de carácter político em Abril de 1972.

É nesta fase que, usando a palavra de ordem da pacificação, tentámos com todo o esforço a democratização do país. Desde que os generais fascistas dominam, o governo aproveita o fenómeno tupamaro para uma complexa aprendizagem do fascismo no plano militar.

Os tupamaros são também horrorosamente torturados. Saqueiam as casas dos presos, perseguem familiares. Procuram

MENSAGEM DO CC DO PCP

Fez no passado domingo três anos que um golpe de direita instaurou no Uruguai um regime ditatorial. O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Uruguai a seguinte mensagem: «Queridos Camaradas:

O Comité Central do Partido Comunista Português exprime ao Comité Central do Partido Comunista do Uruguai e por seu intermédio aos comunistas e a todo o povo trabalhador do Uruguai a sua mais fraterna e combativa solidariedade pela luta heróica que desde 27 de Junho de 1973 as massas trabalhadoras, as forças democráticas e antifascistas e a vanguarda revolucionária da classe operária, o Partido Comunista do Uruguai, travam contra a ditadura reaccionária e fascista.

O regime ditatorial apoiado no imperialismo internacional e no capital monopolista interno levou o país à ruína económica. Mostra na ferocidade da repressão que emprega para sobreviver, a sua debilidade.

O seu isolamento é cada vez maior. O descontentamento popular estende-se a camadas cada vez mais amplas. As Igrejas católica e protestante mostram igualmente a sua oposição. Agudizam-se as contradições no seio das Forças Armadas. O regime vê-se obrigado a proceder a reajustamentos.

A greve geral que em 1973 paralisou o país durante 16 dias, mostrando que o povo não se submeteria, ganhou a admiração e o respeito dos trabalhadores de todo o mundo. O PCU, travando uma luta corajosa e difícil nas duras

condições de clandestinidade a que a ditadura fascista o submeteu, prossegue infatigavelmente a política de unidade que levou à constituição da Frente Ampla e que levará a liberdade à pátria de Artigas.

DURANTE A DEMOCRACIA BURGUESA

Esta situação reflecte no Uruguai não só os processos latino-americanos mas também a profunda crise na estrutura económica e social do país.

Resumindo, o desenvolvimento capitalista no Uruguai é relativamente importante no que se refere ao latifúndio, que eles submetem à exploração capitalista. A presença do imperialismo não tomou a forma característica de outros países da América Latina, com investimentos directos no centro da indústria, uma vez que a burguesia nacional havia nacionalizado as empresas de electricidade, as refinarias de petróleo, uma parte da indústria frigorífica, os transportes ferroviários... A burguesia criou também uma forte banca estatal — Banco da República, Banco Central, Banco Hipotecário, Banco de Seguros, etc. — com um poder imenso para guiar a vida financeira do país. Mas não nacionalizou a Banca, assim como não realizou a Reforma Agrária...

O imperialismo seguiu outro caminho — o controlo do crédito; as manobras no sistema bancário; a aplicação da orientação do fundo monetário internacional incidia negativamente na economia nacional e tendia a ajudar a formação de monopólios.

Outra forma de penetração política foi a polícia, o exército, o aparelho de defesa ao serviço da grande burguesia. O Uruguai é o país com menos investimentos de capital estrangeiro e se se comparar, no que se refere aos anos 60, o investimento estrangeiro com o investimento de capitalistas nacionais a relação é muito pequena. Este processo de formação e desenvolvimento do capitalismo cria, apesar de ser um país

com esta onda de violência terrorista comprometer sectores militares importantes.

Todavia, o espírito das massas é tal que através do estabelecimento da palavra de ordem de pacificação do país, de regresso à democracia, conseguimos em parte restabelecer um pouco a situação política no país. Sectores militares nacionalistas, democráticos e outros, através do reconhecimento da corrupção das classes dominantes, à luz do processo de investigação que realizámos e das discussões com os presos políticos, começam a manifestar-se nos princípios de 1973. Nós lançamos a força da classe operária e das massas populares, a frente ampla a apoiar este movimento como a última cartada possível para evitar o golpe fascista e a divisão nas F. Armadas.

Contudo, de Fevereiro a Maio eles conseguiram restabelecer o verticalismo no Uruguai e substituir todos os quadros das assembleias militares transformando-as em verdadeiras assembleias de oficiais.

E chegaram as directivas norte-americanas que empurram o golpe uruguaio como o golpe pré-chileno. A operação começou na Bolívia, continuou pelo Uruguai e terminou no Chile. Criaram uma correlação de forças militarmente desfavorável para nós e veio o golpe de 27 de Junho de 1973.

Inicialmente, eles não puderam apresentar o golpe como fascista e, apesar de depois terem tomado medidas, nos primeiros dias não ilegalizaram os partidos políticos. Mas todos nós sabíamos o que estava por trás disso.

O golpe deu-se de madrugada e poucas horas depois as forças do Partido decretam greve geral com ocupação das fábricas, das empresas públicas, com excepção das militares e oficiais, com o desencadeamento simultâneo de acções de massas em todo o país.

Pela primeira vez, numa luta desta envergadura, se levantou uma grande parte do interior do país através da paralisação ferroviária, dos transportes, de sectores do Estado, das companhias de electricidade, telefones e outras. Até esse



Rodney Arismendi falando ao «Avante!».

momento nós referimos sempre a diferenciação existente nas F. Armadas. Eles lançaram essas forças para desalojar os trabalhadores e esse momento foi um autêntico banho de sangue; as massas populares apelaram para os soldados, para os oficiais; denunciaram o golpe fascista; as mulheres dos trabalhadores saíram para a rua e rodearam os soldados... Houve momentos de decisão, chegando mesmo a haver casos de fábricas onde a tropa recuou.

A greve geral durou dezasseis dias. Durante esse período não pudemos diferenciar as F. Armadas, foram completamente neutralizadas sob o controlo da direcção fascista. No dia 9 de Julho, antes da retirada das forças populares e do fim da greve geral — viu-se que não era possível derrotar a ditadura nem tão pouco transformar a resistência numa insurreição armada — chamamos as massas a manifestarem-se no centro de Montevideo.

No dia 9 de Julho, precisamente às cinco horas da tarde, a concentração popular foi de tal ordem que eles foram obrigados a utilizar tanques militares para a destruição.

Depois disso tivemos que organizar a retirada. O Partido era já ilegal, mas um Partido com 50 000 membros não pode ilegalizar-se todo, nem nós o queremos. Foram presas milhares de pessoas, mas conseguimos pôr a salvo as principais forças da classe operária nas fábricas e reconstruímos o movimento operário com base na força do Partido, na experiência. Nessa altura o esquerdismo desapareceu completamente e os seus quadros mais activos colocam-se, inclusive, ao serviço do Partido. Inconscientemente.

A ditadura legaliza então a Central Sindical e algumas direcções sindicais mais comprometidas com o processo. Porém, foi obrigada a um processo de fascização mais lento. Pretende formar as suas próprias bases sindicais convencia de que, livre dos dirigentes, conseguirá organizar um movimento operário dirigido por ela. Autoriza-se então a formação de sindicatos sempre que qualquer operário, individualmente, não a classe, se apresenta perante o patrão e o Governo com uma petição. Depois de estudar a situação o nosso Partido resolveu lançar a palavra de ordem, nos locais onde tínhamos mais força, para os operários se apresentarem, uns atrás dos outros, a fazer petições. O resultado foi tal que eles foram obrigados a anular a sua própria decisão.

FORJAR A UNIDADE PARA DERRUBAR A DITADURA

Já nessa altura tínhamos modificado a nossa orientação — o que antes do golpe nós chamávamos de frente ampla passamos a denominar de unidade de todos os antifascistas, chamando a fazer aliança connosco todos os que são contra o fascismo. Neste período começamos a ter muito boas relações com a Igreja. Nos princípios dos anos 60 a Igreja encabeçava as procissões de silêncio contra os países socialistas e os seus membros eram os principais porta-vozes das campanhas anticomunistas. Mas também a Igreja mudou de posição e passou a participar na luta contra a ditadura.

Presentemente, a orientação do Partido assenta em cinco pontos fundamentais: manter a luta da classe operária; melhorar o trabalho junto das classes médias, dos intelectuais e dos camponeses; fomentar a unidade política antifascista; melhorar e prosseguir o trabalho junto das Forças Armadas; assegurar a influência do Partido que, apesar de estar na clandestinidade é um Partido de massas.

O Partido desenvolve a sua actividade em três ou quatro escalões — na mais completa clandestinidade; em semiclandestinidade; semilegal e legal. Edita uma série de materiais formativos, informativos e de orientação política. Trata, enfim, de manter viva a resistência das massas.

Após os primeiros dias de impasse o movimento reivindicativo reorganiza-se e chega a verificar-se ocupações de fábricas, paralisações de trabalho, greves, etc.

Como não existia outra força de luta, estes factos provocam uma grande expectativa e simpatia em relação ao Partido nos sectores da burguesia, intelectualidade, religiosos.

A polícia e o exército desencadeiam então uma grande campanha anticomunista que se inicia nos primeiros dias de Outubro; esta operação tem como objectivo a liquidação do comunismo. Foi uma autêntica caça aos comunistas. Transformaram todos os quartéis em prisões e centros de torturas.

De Outubro a Maio prenderam seis membros da Comissão Política, entre os quais três secretários do Partido, vários membros do Comité Central e fazem mais duas mil prisões, incluindo vários quadros importantes.

Todavia o Partido refez a sua direcção e continua a funcionar. A luta continua, apesar do golpe que nos conseguiram aplicar ter sido muito grande. Basta recordar que assassinaram 52 camaradas na tortura — muitas pessoas foram completamente despedaçadas e as torturas às mulheres e crianças são terríveis. Utilizam nas torturas métodos científicos norte-americanos — desde que se é preso permanece-se constantemente com a cabeça tapada; as mulheres ficam nuas; os presos são golpeados desde o início; aplicam o «submarino» — a cabeça é metida em água atravessada por corrente eléctrica; picadas eléctricas; violações; vexames; a tortura psicológica — as crianças são torturadas em frente das mães, etc.

Apesar de tudo muitos têm sido os que conseguiram passar a tortura sem falar, ainda que o mesmo não tenha acontecido com outros.

O que importa salientar é que, malgrado todas as tentativas e métodos utilizados a ditadura não conseguiu aniquilar o Partido, nem sequer reduzir a sua projecção. Presentemente começaram a reprimir os militares — estão presos cerca de 100, não só os que faziam parte da frente ampla mas também outros militares patriotas. Muitos outros foram afastados do exército.

A ditadura conduziu o país a uma situação de desastre económico completo. O sistema debate-se com as maiores contradições internas; há divisões no exército; os latifundiários fascistas acusam o governo de os expropriar em benefício dos banqueiros; têm a Igreja contra; etc.

Para o avanço da esquerda colocam-se vários objectivos — elevar o nível das lutas operárias e populares; forjar a unidade das forças antifascistas; conseguir a diferenciação das forças militares; transformar as contradições em tendências e, por último, a solidariedade internacional, o isolamento do fascismo como o grande objectivo de todo o mundo. Se para a América Latina é um objectivo histórico bloquear o fascismo, do ponto de vista mundial é um objectivo fundamental para consolidar a paz, para a distensão, a libertação da América Latina. Por isso consideramos fundamental a solidariedade internacional.

FIL: PRESENÇA DESTACADA DOS PAÍSES SOCIALISTAS

A presença de delegações comerciais do mundo socialista na 17.ª FIL testemunhou uma vez mais o elevado grau do desenvolvimento técnico-científico das sociedades definitivamente libertas da exploração

O papel da Feira Internacional de Lisboa como instrumento dinamizador da cooperação e das relações nos sectores do comércio, indústria e tecnologia entre Portugal e os outros países assumiu este ano um papel de relevo através da participação de novecentos e quinze expositores, dos quais se destacou numerosa delegação do mundo socialista: Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Jugoslávia, Polónia, República Democrática Alemã, Roménia e União Soviética.

No decorrer da conferência de imprensa efectuada na abertura oficial do certame e a que estiveram presentes uma delegação governamental chefiada pelo primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, e representantes do Conselho da Revolução e da Assembleia da República, foi salientado que a 17.ª edição da Feira Internacional de Lisboa resultou da «luta que os trabalhadores da FIL travaram sós, luta de muitos trabalhadores portugueses e de países amigos que estiveram solidários connosco e permitiram erguer, ante a indiferença dos responsáveis, a maior manifestação de carácter económico que se realiza em Portugal».

Da Comissão instaladora, actualmente responsável pela gestão da Feira, fazem parte dois representantes do Governo, um representante dos trabalhadores e outro da Associação Industrial Portuguesa, entidade que antes do 25 de Abril organizava o certame. É de salientar que foi devido à actuação de um dos elementos da referida Associação, o qual durante o período de cogestão da Feira se dedicava a actividades contra-revolucionárias, que os trabalhadores tomaram conta do processo e se viram obrigados a sanear o membro da AIP.

Seguiu-se o período de autogestão, que levou os trabalhadores a erguerem com o seu labor e coragem esta 17.ª edição da FIL.

Durante a exposição deste ano destacaram-se algumas jornadas de carácter técnico, nomeadamente um simpósio sobre metalomecânica promovido pela RDA, um colóquio-debate que se realizou no último dia da Feira, subordinado ao tema «O Financiamento e o Seguro de Crédito à Exportação», numa iniciativa da Companhia de Seguros de Crédito, em colaboração com a Secretaria de Estado do Tesouro, Secretaria de Estado do Comércio Externo, Secretaria de Estado dos Seguros, Conselho Coordenador de Financiamento ao Comércio Externo e Comissão de Crédito e Garantias de Crédito, e ainda as jornadas nacionais levadas a efeito pelos países participantes.

RDA

«Existem condições favoráveis para a ampliação das relações comerciais em benefício recíproco, nomeadamente para a criação de linhas de exportação e importação estáveis, a longo prazo. Graças ao desenvolvimento contínuo da sua economia, a RDA é um sócio comercial seguro. No quinquénio de 1971 a 1975, o rendimento nacional aumentou em 5,4% por ano, (em média), perfazendo 140 bilhões de marcos, no ano passado. A produção industrial cresceu em 6,5% anualmente» — revelou, num encontro com a imprensa, na FIL, o camarada Heinz Seifert, conselheiro comercial da embaixada da RDA em Lisboa.

Nesta conferência de imprensa, realizada logo no primeiro dia da exposição (abertura oficial), estiveram também presentes o encarregado de negócios, Henry Marz, o director da Câmara de Comércio Externo, Gerhard Thiel e a directora do «stand», Charlotte Schneider.

Durante a sda pormenorizada intervenção, o camarada Heinz Seifert recordaria que «desde o 25 de Abril de 1974, alcançaram-se importantes progressos nas relações entre Portugal e a RDA», tendo ainda apontado algumas iniciativas de cooperação e solidariedade já registadas, nomeadamente «A Semana da RDA» em Portugal e as apresentações de artistas portugueses e as visitas de numerosas delegações à República Democrática Alemã.

«Também no sector do comércio — afirmou — houve um desenvolvimento positivo, apesar das relações serem relativamente recentes, e sobretudo desde a assinatura do acordo comercial a longo prazo, em 25 de Janeiro de 1975», ano em que o volume das trocas comerciais entre os dois países aumentou mais de seis vezes, em relação a 1974.

Mais adiante, diria ainda que «Portugal forneceu à RDA, entre outros produtos, cortiça, colofónia, essência de terebintina, aguardentes e vinhos de mesa, conservas de frutas e de peixe, calçado, ferramentas para máquinas de produtos plásticos, e realizou consertos em navios. Em contrapartida, a RDA exportou, entre outros, máquinas operatrizes, máquinas gráficas, máquinas agrícolas, máquinas de escritório, adubos de potassa, motocicletas, armas de caça e instrumentos musicais.»



Uma amostra da poderosa indústria da RDA

Registe-se, por outro lado, que a balança comercial da RDA com o nosso país foi, em consequência das maiores importações feitas por aquele país socialista, deficitária para a República Democrática Alemã, prevendo-se que este ano aconteça o mesmo.

Depois de revelar que está prevista a realização em 1977 de «Dias Técnicos da RDA», iniciativa que decorrerá no nosso país, o camarada Heinz Seifert declarou que a concretização dos planos de desenvolvimento técnico-científico da economia da RDA, delineados pelo IX Congresso do PSUA, é garantida, acima de tudo, pela integração da RDA com os demais países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME), nomeadamente com a União Soviética, com os quais realiza cerca de 70% do seu comércio externo.

«Neste sentido — concluiu — a RDA espera novos e grandes impulsos resultantes da sua participação na Feira Internacional de Lisboa, onde se fazem representar as empresas de comércio externo, propriedade do povo, WMW EXPORT-IMPORT (máquinas-ferramentas), MASCHINEN EXPORT (equipamentos para minas a céu aberto, guindastes e equipamentos de transporte, veículos ferroviários e máquinas de construção), ELEKTROTECHNIK EXPORT-IMPORT (produtos da indústria electrotécnica e electrónica) e INTERMED EXPORT-IMPORT (meios didácticos, equipamentos médicos e de laboratório), bem como a Câmara do Comércio Externo da RDA».

Motivo de particular interesse foi a realização de um simpósio sobre máquinas e ferramentas, promovido durante a jornada nacional da RDA na FIL.

Foram debatidas várias questões técnicas relacionadas com o recorte de engrenagens cilíndricas nas máquinas Modul ZFWZ 315 e 630, e ainda com as fresas de mesa cruzada e comando numérico da gama FKR 250.

ROMÉNIA

O director do Pavilhão da República Socialista da Roménia na Feira Internacional de Lisboa fez a apresentação da delegação do seu país durante uma conferência de imprensa — convocada para assinalar o Dia da Roménia — que registou a presença de

subsecretário de Estado de Comércio Externo.

«O pavilhão da RSR nesta Feira é três vezes maior do que no ano anterior» — referiu o responsável pela apresentação romena. Os produtos expostos nos pavilhões, onde estavam representadas quinze companhias de Comércio Externo da Roménia, incluíam máquinas de precisão, electrodomésticos, máquinas agrícolas, máquinas ferramentas, e ainda um veículo todo-terreno construído pela empresa romena «Autodacia» e pela empresa portuguesa «Semal».

O director do pavilhão salientou a vontade do seu país em intensificar, num espírito de interesses recíprocos, as trocas comerciais iniciadas após o 25 de Abril de 74, e aprofundar os laços de amizade entre os dois povos, laços que foram postos em relevo durante as visitas do general Costa Gomes à Roménia e do camarada Nicolau Ceausescu a Portugal.

«A Roménia segue com muito interesse e simpatia os esforços de Portugal, país em vias de desenvolvimento, ao qual liga a mesma cultura latina» — frisou o director do «stand».



Máquinas industriais da República Socialista da Roménia

É de salientar ainda a presença na exposição romena de vários produtos químicos, farmacêuticos e alimentares, que revelam a fase adiantada do desenvolvimento da indústria na República Socialista da Roménia, nação que mantém relações comerciais com 131 países.

CHECOSLOVÁQUIA

Ocupando uma área de 1050 metros quadrados em zona coberta e 400 metros quadrados no exterior, a representação da República Socialista da Checoslováquia na 17.ª edição da FIL surgiu como a mais importante delegação estrangeira presente da Feira.

Material de reprodução e impressão, aparelhagem radiotécnica e de telecomunicações, máquinas para a construção civil, equipamentos para minas, máquinas-ferramentas, tractores e máquinas agrícolas, equipamentos hospitalares, motos, produtos de consumo, designadamente electrodomésticos e produtos alimentares são, entre outros, alguns dos artigos que estiveram expostos nos pavilhões da República Socialista da Checoslováquia na FIL-76.

Na sequência das declarações que proferiu durante a conferência de imprensa, que decorreu no Dia da Checoslováquia, o camarada Karel Bartak, director-geral da delegação checoslovaca sublinhou:

«Ultimamente visitaram a Checoslováquia os representantes dos fabricantes de moldes para a indústria de plásticos, juntamente com os representantes de fabricantes de máquinas têxteis. As duas delegações tiveram possibilidade de visitar as fábricas checoslovacas e conhecer o nível técnico e a organização destas, tratar com o pessoal técnico e com os responsáveis das empresas do comércio externo. Durante a visita foi tratada a possível cooperação, especialmente na fabricação de máquinas têxteis e de tricotar, a conclusão das prensas checoslovacas pelos moldes fabricados em Portugal, etc. Agora é preciso, gradualmente, pôr em prática estas conclusões.»

Após ter salientado que o seu país está «disposto a uma ampla colaboração e cooperação com Portugal nos diversos ramos da economia», referiu-se detalhadamente às empresas checoslovacas representadas no certame, tendo afirmado, a dado passo da sua intervenção:

«A empresa KOVO exporta e importa, por exemplo, máquinas para escritórios, máquinas estatísticas, poligráficas, aparelhos radiotécnicos e de telecomunicações.

A STROJEXPORT é o grande exportador de produtos de capital importância, a maquinaria, como por exemplo, as máquinas de construção e para caminho-de-ferro, equipamentos para minas, etc.

As máquinas ferramentas são exportadas pela empresa STROJIMPORT. Este ramo da indústria checoslovaca, encontra-se, no que se refere ao nível técnico e de qualidade, entre os melhores do Mundo.

Uma das maiores empresas do comércio externo é a empresa MOTOKOV que exporta automóveis, motocicletas, bicicletas e também tractores e máquinas para a agricultura, as quais poderiam beneficiar a agricultura portuguesa.

A empresa CHIRANA representa os produtores checoslovacos de equipamento destinado aos serviços de saúde.

Também a indústria checoslovaca de produtos de consumo está representada nesta Feira por várias empresas exportadoras. Alguns dos produtos checoslovacos tradicionais são a bijouteria, representados pela empresa JABLONEX. Vários produtos alimentares, como sejam a cerveja e o presunto, são exportados pela empresa KOOSPOL. Outras empresas que representam este ramo da indústria são as empresas MERKURIA, PRAGOEXPORT, KOHINOOR, OMNIA E CENTROTEX.»

HUNGRIA

A Jornada Nacional da Hungria, que englobou uma visita ao «stand», uma recepção no clube dos expositores e um encontro com várias personalidades do corpo diplomático creditado em Lisboa e outras personalidades ligadas aos meios políticos e sociais, contou também com a presença dos jornalistas para uma conferência de imprensa, no decorrer da qual foi revelado que a «Grans-Mávag» (importante fábrica de locomotivas e material rolante) já assinou com a SOREFAME um acordo de cooperação.

Detendo-se em particular nos domínios da cooperação económica com o nosso país, a directora do «stand» húngaro afirmou:

«Foi assinado em Fevereiro deste ano um acordo com Portugal referente à cooperação técnica e económica entre os nossos dois países, documento que esperamos possibilite uma frutuosa colaboração com os sectores industriais portugueses, que, desde já, no nosso Pavilhão encontram elementos para consulta e análise.

«Pretendemos ainda concretizar uma idêntica colaboração com uma firma portuguesa no que se refere ao «trust» húngaro de alumínio, importante sector da nossa indústria, considerado o terceiro da Europa, desde a bauxite até aos produtos derivados.

«Também no comércio externo húngaro, tem lugar de relevo a firma «Nikex», representada no nosso Pavilhão, e cuja especialização nos trabalhos técnicos de estradas, montanhas e minas é notável, podendo oferecer garantias de boa colaboração com firmas portuguesas.»

Sobre a possível cooperação no sector agrícola, referiu:

«No domínio da agricultura e no que se refere a produtos químicos, temos de ter presente a firma húngara de comércio externo «Chemolimpex», que há mais de 30 anos exerce uma actividade importante no domínio da agricultura, quer importando ou exportando adubos, insecticidas e pesticidas, etc. Cremos que a CUF e outras fábricas congéneres portuguesas terão todo o interesse em contactar a «Chemolimpex», para uma boa e útil colaboração económica.»

Antes de se iniciar a visita ao «stand», a responsável pela

representação húngara na FIL-76, chamou a atenção dos jornalistas e entidades convidadas para os produtos eléctricos e derivados, da fábrica «Tungsram», cuja exportação de lâmpadas eléctricas, tubos de néon, acessórios electrónicos para rádios e televisões a negro e a cores, é já um marco imprtante nesse domínio».

A terminar, declarou:

«Peço a vossa atenção para o material didáctico, para os elementos técnico-educativos, livros, etc., que se encontram ao vosso dispor no nosso pavilhão, factores que ajudaram a juventude e o povo húngaro a alcançar um nível cultural bastante elevado e que pela sua metodologia têm, neste momento, sido adoptados noutros países em vias de grande desenvolvimento.»

BULGÁRIA

O chefe da delegação búlgara, camarada Ronmeu Siridinov e Boris Zagadinov, conselheiro comercial da embaixada daquele país socialista em Lisboa, falaram durante uma conferência de imprensa em que foram debatidos vários problemas relacionados com o impetuoso desenvolvimento técnico-científico búlgaro e as trocas comerciais com o nosso país.

A representação da RPB na FIL compreendeu 11 empresas de comércio externo, signatárias de marcas de reputação mundial. Depois de se ter referido aos êxitos da economia búlgara, especialmente nos sectores da indústria electrónica, da metalomecânica e da construção de maquinaria o director do «stand» passou a abordar a actividade comercial externa do seu país, tendo referido a dado passo:

«Na exportação da Bulgária ocupam lugar importante as matérias-primas, como os metais ferrosos e não ferrosos (ferro fundido, aço, folhas de flandres, estanho, zinco e outros), produtos químicos (soda calcinada, soda cáustica, adubos artificiais e outros produtos químicos), cimento, fósseis não minerais e outros. O volume físico da exportação de meios de produção durante o ano de 1974, aumentou 25 vezes em comparação com o ano de 1939.

«Outra particularidade especial na mudança estrutural da exportação é o fortalecimento da parte relativa aos produtos de consumo.

«Grandes modificações aconteceram também na estrutura das importações búlgaras. A importação de máquinas e instalações destinadas à produção alcançou 2 bilhões e 183 milhões de dólares e ocupa 41% do volume total das importações. Esta mudança deve-se ao elevado ritmo de desenvolvimento industrial do país.

«Estes resultados devem-se ao desenvolvimento socialista do país e a uma política correcta de comércio externo.

«Como resultado desta política, a Bulgária ampliou muito o seu comércio externo, estabelecendo relações económicas com mais de 100 países. A parte fundamental do comércio externo da Bulgária dirige-se aos países socialistas (cerca de 3/4). Durante o ano de 1975, eles ocuparam 76% da exportação e 80% da importação.»



Material electrónico altamente aperfeiçoado em exposição no stand da República Popular da Bulgária

No respeitante à cooperação económica com Portugal, o director da delegação búlgara dedicou especial atenção aos futuros acordos bilaterais e referiu-se, igualmente, aos estudos de cooperação que estão a ser desenvolvidos.

«Foram estabelecidos contactos da RFB com a firma «Lisnave» que tem realizado reparações de barcos pesqueiros búlgaros (em 1975, foram consertados cinco navios búlgaros). Actualmente está em estudo a possibilidade de colaborações e de cooperação na produção de cascos de navios, no projecto e construção de fábricas de construção naval e de consertos de navios, de construção de guindastes e de outros» — afirmou.

Segundo as declarações que pronunciou em seguida, parecem existir perspectivas favoráveis ao intercâmbio, a longo prazo, de metais e produtos metálicos, para a realização de transacções de produtos químicos, adubos, derivados de petróleo e outros.

Os contactos estabelecidos abrem, assim, possibilidades de colaboração na organização, administração e mecanização da agricultura, especialmente no cultivo do tabaco, girassol e algodão.

«Esboçam-se perspectivas de colaboração nos sectores da produção têxtil, de fibras sintéticas, sapatos e outros.

Este breve balanço permite concluir que um futuro mutuamente vantajoso se abre para as relações económicas entre Portugal e a República Popular da Bulgária, as quais se desenvolverão e diversificarão aproximando os povos dos dois países unidos nos objectivos de uma cooperação e amizades fraternas», concluiu.

URSS

A Associação de Exportação e Importação «SUDOIMPORT» — uma das mais importantes associações soviéticas para o comércio externo — ofereceu uma recepção no clube dos expositores, a que estiveram presentes várias personalidades do corpo diplomático creditado em Lisboa, técnicos, jornalistas, etc.

Na sequência de um breve diálogo que travámos com o responsável pela representação soviética na FIL, foi sublinhado que «presentemente a «Sudoimport» mantém relações comerciais com mais de 80 países».

Definindo concretamente a actividade da empresa, o camarada soviético disse-nos:

«Navios marítimos de grande tonelagem, construídos nos estaleiros da URSS, estarão sendo adquiridos pelas companhias de armadores de países diferentes, inclusive aqueles que possuem uma indústria própria, de construções navais bem desenvolvida, tais como: a RFA, a Suécia, a Inglaterra, a Noruega e outros. Os barcos de alta velocidade a asas imersas, construídos na URSS, foram adquiridos e estão sendo explorados com êxito pelos armadores do Japão, Estados Unidos, RFA, França, Bulgária, Jugoslávia, República Democrática Alemã, Polónia e outros países.

«Aos nossos correspondentes comerciais do estrangeiro estão sendo fornecidos com êxito navios e meios flutuantes da frota técnica de toda espécie, ou seja: diques flutuantes, guindastes flutuantes, barcos com draga a nora, dragas aspirantes, etc.

«Uma parte considerável do volume de exportação da V/O «Sudoimport» representa o equipamento para a adaptação de barcos a uso diferentes. Em numerosos navios de diferentes países foram instalados motores navais soviéticos «Diesel» com a potência de 23 até 21 000 HP, construídos nas fábricas soviéticas sob licença de empresa «Burmester e Wain» (Dinamarca). Instalaram-se também motores de regime alto e médio, fornecidos em conjunto com eixos de hélice e hélices, e também instalações de geradores «Diesel» com a potência de 6 a 1000 kw.»

Mais adiante, sublinhou:

«No rol da V/O «Sudoimport» estão amplamente representados mecanismos de coberta, molinetes e cabrestantes

de bordo, guinchos de carga e especiais, maquinaria de leme e de leme automático, âncoras e amarras, hélices de passo comandado, bombas para fins diferentes com diversos dispositivos de condução, separadores de combustível e de óleo, compressores e motores de bote externos de 8 a 30 HP.»

«A V/O «Sudoimport» vende praticamente qualquer equipamento de bordo-eléctrico, de rádio e navegação: instalações eléctricas de navegação, aparelhagem de comando, estações de rádio, instalações de radar e equipamento telefónico de bordo, dispositivos de medições eléctricas de bordo, aparelhos de comunicação interna, holofotes luminárias, equipamento para a cozinha de bordo, etc.»

Esta empresa soviética — única presença da URSS na FIL-76 — presta toda a assistência técnica aos barcos que exporta, bem como ao equipamento de bordo, e possui um quadro de especialistas que prestam ajuda na montagem e na entrada em funcionamento do equipamento adquirido na URSS.

Segundo as afirmações prestadas a «Avante!», estuda-se a possibilidade da União Soviética encomendar a Portugal trabalhos de reparação naval, os quais seriam remetidos para a LISNAVE e a SETENAVE.

POLÓNIA

A República Popular da Polónia assinalou na véspera do encerramento da Feira Internacional de Lisboa a sua Jornada Nacional, cujo programa englobou uma visita ao «stand» recepção no clube dos expositores e passagem de filmes no auditório. Seguiu-se uma breve troca de impressões com os jornalistas, que registou a presença do encarregado da Câmara Polaca do Comércio Externo, camarada Piotr Tuner e o adido comercial Edward Kowalski.

Durante o encontro com os representantes da Informação, foi sublinhado que os objectivos principais da participação polacana FIL se congregam no respeitante à construção naval e, principalmente a quanto se relaciona com problemas de pesca.

Referiu ainda o adido comercial que neste sector a indústria naval de pesca — representada com especial relevo no «stand» polaco, através de várias maquetas, aparelhos e outros artigos — está absolutamente modernizada ao ponto de se terem construído naquele país autênticos laboratórios pesqueiros de investigação científica (marítima).

As conversações directas entre o primeiro-secretário do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco, camarada E. Gierek e o presidente da República Portuguesa, general Francisco da Costa Gomes, realizadas em Lisboa (Janeiro) bem como as seguintes nos fins de Setembro e princípios de Outubro de 1975, abriram uma nova era nas relações políticas e económicas dos dois países.

Esta troca de visitas ao mais alto nível criou as condições para o estabelecimento das bases do acordo legal para um futuro desenvolvimento das relações económicas polaco-portuguesas, bem como a dinamização dos contactos e a realização de passos concretos nos mais variados ramos do comércio e da economia.

Actualmente, as relações económicas entre a Polónia e Portugal são reguladas pelo tratado sobre o desenvolvimento das trocas comerciais, navegação e colaboração económica, industrial e técnica, assinado em Lisboa pelos governos dos dois países no dia 14 de Maio de 1975, por ocasião da visita a Portugal do ministro polaco dos Negócios Estrangeiros e Economia Naval, camarada J. Olaszewski.

Este tratado, válido por vários anos assenta nos princípios do GATT e define os ramos em que deverá desenvolver-se a cooperação económica, com vantagens para os dois países.

Com base neste Tratado, foi assinado em Varsóvia no dia 12 de Junho de 1975, um Acordo de Cooperação respeitante à construção naval. Estão em estudo novos acordos entre os ministérios interessados e entre empresas e organizações dos dois países.

Nos últimos dois anos a Polónia comprou a Portugal quantidades comerciais ou amostras de mercadorias tais como frutas, conservas de peixe diversas espécies de produtos químicos, celulose. Em contrapartida no mercado português aparecem pela primeira vez uma série de mercadorias polacas tais como máquinas-ferramentas, artigos de economia doméstica, de turismo, etc.

Não há muito tempo que a Polónia era o primeiro país do Comecon nas trocas com Portugal (em 1975 ocupa o terceiro lugar depois da União Soviética e da Roménia) porém tanto dantes, como agora, estas trocas só representam uma ínfima parte do comércio externo dos dois países.

Na opinião de representantes da administração económica nos dois países, as trocas comerciais constituíram a base fundamental do desenvolvimento das relações económicas entre a Polónia e Portugal. Estas trocas deverão abarcar o maior número possível de mercadorias ou seja matérias-primas, produtos fabricados, elaborados e materiais de produção, artigos de consumo de origem industrial e agrícola, máquinas e aparelhagem destinada a vários ramos industriais.

Durante a sua permanência em Portugal, químicos polacos tiveram a possibilidade de visitar uma série de fábricas e levaram a cabo um ciclo de encontros e conversações com CNP, GAS, PROFABRIL, AMONIACO PORTUGUÊS e com elementos interessados do Ministério da Indústria e Tecnologia. Foi decidido manterem-se e desenvolverem-se os contactos e a visita à Polónia de uma missão portuguesa de representantes da indústria química.



Maquinaria agrícola fabricada na República Popular da Polónia presente na 17.ª edição da FIL

Prevê-se também que esta missão visite uma série de complexos químicos, aprofunde os assuntos já escolhidos e conheça de perto o sistema polaco de planificação e programação na indústria química.

Como consequência do papel que desempenha nos dois países a indústria marítima, acordou-se na necessidade de investigar as possibilidades de cooperação neste ramo e foram entabulados contactos directos.

economia (2.ª edição revista)

questões económicas e sociais

EC

2 meses de leit a revista que se ergo reside desde já

SEMANA INTERNACIONAL

MERCENÁRIOS CONDENADOS EM LUANDA — DENÚNCIA DOS CRIMES DO IMPERIALISMO

MÊS DE SOLIDARIEDADE COM O POVO SUL-AFRICANO

Cerca de 150 mortos e mais de 1000 feridos é o trágico balanço da bárbara matança efectuada pela polícia racista de Vorster em Soweto e outros subúrbios de Joannesburgo.

O desencadear da violenta repressão policial processa-se num momento em que são particularmente nítidos os esforços do imperialismo americano e de outros países da NATO para preservar e, se possível, acentuar o seu domínio em território africano. As enganadoras posições de Kissinger, verbalmente «anti-apartheid», nada alteram da situação. Servem antes de cobertura para manobras que interessa manter afastadas do conhecimento dos povos.

Enquanto soava nas ruas de Soweto o criminoso tiro de que foram vítimas, muito em particular, jovens estudantes que se manifestavam contra expressões concretas do «apartheid» — destacados dirigentes dos EUA percorriam a África oferecendo armas a governos que se destacam por posições reaccionárias, esforçando-se por criar ou acentuar tensões. Kissinger e Vorster sentavam-se à mesa das conversações, na RFA, para discutir, como comparsas, a situação na África Austral. As autoridades africanas e sul-africanas classificaram este encontro de histórico.

O secretário da Defesa americano, Donald Rumsfeld, discutiu com Mobutu a possibilidade de venda de tanques e artilharia americana ao Zaire, para reforçar o manancial agressivo deste país em relação a Angola. Com o Quênia, estabeleceu um acordo para o fornecimento de caças a jacto «F-5», destinados a manter a tensão nas fronteiras com uma Somália progressista.

Assim, os Estados Unidos decidiram obter o apoio na realização dos seus planos estratégicos, não só da parte do sul racista, mas também no litoral oriental de África.

Nos últimos tempos, a propaganda ocidental intensificou a campanha contra a República Democrática da Somália, acusando-a de ameaçar os Estados vizinhos — argumento normalmente utilizado pelo imperialismo para criar novos centros de tensão, para «justificar» uma corrida armamentista em diversas zonas do mundo. Pretende-se assim fomentar a tensão na África Oriental, dividir o continente africano em agrupamentos hostis — objectivo já tentado, mas não alcançado, quando da agressão à República Popular de Angola.

Um aspecto particularmente grave do fomento da tensão em África e da corrida aos armamentos, são as transacções nucleares com a África do Sul, em que estão empenhadas a França e os Estados Unidos, o que levanta a possibilidade real da RSA criar a sua própria arma atómica. A firma «General Electric», anunciou recentemente a venda de reactores atómicos à África do Sul. Washington contribui decisivamente para a incorporação da RSA no sistema de comunicações da NATO e permitiu-lhe utilizar o sistema único de codificação da NATO.

O imperialismo e o racismo dão-se amistosamente as mãos. Uma lógica e sinistra aliança que visa sujeitar o continente africano ao imperialismo, anular as consequências altamente positivas do aparecimento de novos países progressistas, onde ontem havia centros de agressão do último império colonial.

Na verdade os parceiros da NATO têm razões de sobra para se esforçarem por reforçar o seu domínio no continente africano, fazerem pender sobre as forças progressistas, cuja luta ganha maior dimensão, a ameaça das armas americanas, uma maior capacidade militar das forças da reacção que vai até à arma atómica. As tentativas para fazer regredir a situação política em África, pelo aniquilamento dos países progressistas e a destruição das forças de libertação — para além do desequilíbrio político mundial a favor da reacção que necessariamente provocaria — visa de facto defender os interesses económicos do imperialismo num continente particularmente rico.

O relatório de um organismo privado de estudos políticos ao serviço do capital — o «Foreign Affairs Research Institute» — refere factos elucidativos.

Segundo se indica nesse relatório, o mundo capitalista dificilmente poderá dispensar os recursos minerais da África Austral, com os maiores jazigos mundiais de cromo, de vanádio e de platina, com reservas igualmente gigantescas de hulha, cobre, diamantes, ouro, manganésio e urânio. Acresce, como destaca o relatório, a importância estratégica do cromo e do manganésio sul-africano, indispensável no fabrico de armamento moderno.

Os interesses dos EUA na República Sul-Africana, traduzem-se num total de 1,6 bilhões de dólares. No Sul do continente encontram-se cerca de dois terços dos recursos minerais de África.

A existência dos regimes racistas da África do Sul e da Rodésia, o apoio do mundo capitalista a regimes reaccionários e governos fantoches em África, os esforços desenvolvidos contra a unidade de povos e países africanos, o fomento de tensões, a ofensiva contra regimes progressistas — constituem no seu conjunto uma teia em que o imperialismo deseja enredar o continente africano, para melhor o dominar e explorar.

Toda a actuação do imperialismo em África aponta para recontros sangrentos, que só em palavras condena e na prática organiza e fomenta, para guerras fratricidas entre povos irmãos e no seio de cada povo. O sangue nunca constitui obstáculo aos designios do imperialismo. Antes é meio que utiliza para alcançar os seus fins.

A actuação do imperialismo em África constitui, sem qualquer espécie de dúvida, uma ameaça à paz, um factor de insegurança a nível internacional, a que importa estar particularmente atento.

O Conselho Mundial da Paz dirigiu recentemente um apelo à opinião pública internacional para que se organize, durante o próximo Julho, o mês de solidariedade internacional com a luta de libertação do povo da África do Sul. O Conselho Mundial da Paz sublinha a necessidade de tomar medidas urgentes e energias para eliminar definitivamente o regime racista e conceder ao povo da África do Sul, que sob a direcção do Congresso Nacional Africano conduz a sua luta de libertação, a ajuda necessária.

Estão criadas as condições para um ataque frontal ao racismo e a todas as sequelas do imperialismo. Impõe-se que as forças progressistas de todo o mundo tomem essa tarefa entre as suas mãos.

Quatro condenações à morte, penas de prisão entre os 30 e os 16 anos — constituem a decisão do tribunal que julgou o grupo de mercenários presos em consequência da sua actividade criminosa contra o povo angolano. Mas o saldo deste julgamento é muito mais amplo e constitui um sério aviso e um alerta contra a existência do mercenarismo

Encerrou-se em Luanda um julgamento que surge como um facto particularmente importante na denúncia dos crimes do imperialismo — o julgamento dos mercenários — alguns dos que se esforçaram em terras angolanas por defender os interesses das multinacionais, os seus interesses no petróleo ou no café (hoje nacionalizada), por criar em Angola uma situação neocolonial amparada à sombra da pretensa independência de um governo fantoche. Alguns dos que espalharam o crime e trouxeram novos sofrimentos ao povo angolano, há muito empenhado na luta pela sua completa libertação.

O julgamento que acaba de se concluir — com quatro condenações à morte (dos principais responsáveis), e penas de prisão que vão dos 30 aos 16 anos — teve como principal objectivo a condenação do mercenarismo como instrumento do imperialismo. Não é ocasional o silêncio de boa parte da imprensa burguesa à volta da sua realização, a deturpação dos seus objectivos e do desenrolar dos trabalhos, o destaque que lhe é dado nos países socialistas, as referências das forças progressistas mundiais. A imprensa da RDA estabeleceu um paralelo entre este julgamento e o dos criminosos nazis em Nuremberga. Em Hanói foi exibida uma exposição denunciando o

«O mercenarismo não é um fenómeno novo: conta já com um longo e abjecto historial de que a Legião Estrangeira é uma das páginas mais vergonhosas. Zaire, Argélia, Vietname, Sudão, Biafra, Guiné — aí os mercenários estiveram presentes como força de choque para esmagar o povo.

«O capitalismo é internacional, todo ele apostado na instauração do neocolonialismo em Angola (numa tentativa última de manter a sua política de rapina das riquezas do país e de continuar a oprimir e explorar o martirizado povo angolano) só depois de

Callan ter fuzilado alguns dos seus correligionários, se começa a interessar pelo assunto. Até então os porta-vozes da «civilização ocidental» jamais se interessaram com o facto de existirem em Angola forças empenhadas na aniquilação dos angolanos. Jamais se preocuparam com os que juntaram as nossas estradas e picadas, vilas, aldeias e cidades. Mas eles sabiam que mães morriam com suas crianças às costas, na fuga às hordas assassinas. Eles sabiam que camponeses indefesos eram mortos nas suas lavras ou nas suas casas. Eles sabiam que pioneiros angolanos eram barbaramente assassinados a tiro ou por espancamento. Tudo era do seu conhecimento porque investiram milhões de dólares neste hediondo crime contra Angola, a África e a Humanidade.

«Como podem hoje os imperialistas ter coragem de pedir clemência para os mercenários, como podem fazer campanhas contra este julgamento se eles próprios julgaram sumariamente o nosso povo e o condenaram à morte, à humilhação, à fome e à miséria?

«Os mercenários que escaparam à justiça do povo angolano estão em Inglaterra e nos Estados Unidos e dão entrevistas à televisão, à rádio e aos jornais. Conhecem-se os seus nomes, os seus

endereços, as suas residências.

«Quem os julgou até hoje? Quem impediu o recrutamento de mercenários que prossegue para o Zimbabwe?

«De onde vem o dinheiro que o sustenta? — precisamente dos cofres do imperialismo.

Destacando a importância do julgamento, afirma-se na exposição do procurador popular:

«Primeiro, ele é realizado em África, num país que conquistou a sua libertação total e completa de armas na mão, que infligiu derrota sem paralelo na história a forças até agora consideradas invencíveis: os mercenários e o arrogante exército da racista e fascista África do Sul. Em segundo lugar, o mundo inteiro, as organizações internacionais, nomeadamente a ONU e a OUA, têm de colher lições destas vitórias e do que elas significam no conceito de independência. A África em particular tem sido a grande vítima do mercenarismo, exactamente porque o imperialismo esvaziou o conceito de independência do seu conteúdo real. Temos o exemplo de países não muito distantes do nosso que foram enredados na armadilha da independência «clássica». Depois, bandos de corruptos e de assassinos, auxiliados pela

arma de reserva do imperialismo, o mercenarismo, esvaziaram completamente a luta desses povos e do seu conteúdo revolucionário, instauraram um regime neocolonial sobre os cadáveres dos líderes revolucionários e de milhares de patriotas. Isto não é independência.

Posto em causa em Luanda, não só no processo do julgamento, mas sobretudo pela derrota sofrida (mais uma), o mercenarismo continua entretanto a ser uma arma predilecta do imperialismo, lado a lado com todas as outras formas de actuação provocatória. Num momento em que se toma cada vez mais difícil recorrer à agressão directa, e em que o esclarecimento progressivo dos povos ergue novos obstáculos à sua utilização como arma virada contra os seus próprios interesses, o mercenário é uma figura particularmente necessária às manobras do imperialismo. A matéria-prima para tais manobras — gente sem princípios nem escrúpulos, que se vende com particular facilidade — é engendrada pelo próprio imperialismo, pela mentalidade que inculca, pelos princípios por que se gere a sociedade subordinada ao capital. A agudização da crise geral do capitalismo contribui para um extremar de posições, em que surgem cada vez mais

consciencializadas do significado do poder dos monopólios, por um lado, e os que se nutrem do acentuar da putrefacção do mundo capitalista, por outro.

No mesmo momento em que em Luanda o mercenarismo é condenado, as sinistras figuras dos «soldados da fortuna» surgem mais numerosas na Rodésia, onde se intensifica a luta armada libertadora do povo africano do Zimbabwe.

Nos EUA actuam mais de 20 organizações que recrutam mercenários para a Rodésia. Folhetos com propostas de se alistar nas fileiras dos racistas de Smith são divulgados directamente nos quartéis do exército inglês.

As forças do imperialismo internacional não renunciaram naturalmente à utilização de bandidos a soldo como instrumento para esmagar a luta libertadora dos povos. A sua denúncia e julgamento em Luanda constituem entretanto um contributo para a limitação da sua utilização. Foi demonstrada a sua ineficácia quando um povo se une na luta pela sua liberdade. As consequências para os seus crimes, por parte de bandidos habituados à impunidade, não surgem hoje como muito aliciantes. Redobrarão possivelmente o preço do crime — e o imperialismo tem dinheiro para pagar tal sobrecarga. Mas haverá os que pensarão um pouco mais, antes de se alistarem nos exércitos subversivos do crime ao serviço do capital.

VIETNAM REUNIFICADO — UMA VITÓRIA E MAIS UMA LIÇÃO A NÃO ESQUECER

O povo vietnamita acaba de proceder à total reunificação do seu território. Um passo mais na reconstrução de um país que o imperialismo tentou por todos os meios destruir. Uma lição que todos os revolucionários devem ter permanentemente presente

Dividido pelo imperialismo, o povo vietnamita acaba de proceder à reunificação da totalidade do seu território. Vitorioso numa guerra de 20 anos contra a dominação estrangeira, o Vietnam empenha-se hoje nas tarefas da construção pacífica.

Terra legendária pelo heroísmo do seu povo na dura batalha contra os esforços de Washington para implantar o seu domínio no sudoeste asiático, pela liberdade, pela independência, pela paz, pelo socialismo, o Vietnam é justamente considerado um símbolo, que nunca será esquecido.

Foi-o ontem, como o é hoje. «O imperialismo jamais pretendia utilizar o Vietnam para medir forças com as forças revolucionárias do mundo — afirmou o camarada Giap, grande estratega que dirigiu as operações de guerra do seu povo contra os esforços de colonização do Vietnam — como campo de experiências para as suas estratégias de guerra de agressão destinadas a liquidar o movimento de libertação nacional, a fazer retroceder o desenvolvimento do socialismo e o por-se a toda a guerra revolucionária dos povos».

O povo vietnamita venceu. Pela correcção da linha política traçada pelas suas organizações de vanguarda. Pela correcção da estratégia militar definida. Pelo heroísmo de um povo consciente dos objectivos a alcançar e dos sacrificios necessários para os atingir. Um povo empenhado na construção do futuro. Pela envergadura do movimento de solidariedade internacional, muito em particular da União Soviética. Pela luta das massas populares, nos países capitalistas, contra um conjunto de crimes sem paralelo na história. Pelo amplo movimento de protesto que se gerou entre o povo e a juventude do país invasor — os EUA, e que Ho Chi Minh apontou como uma parcela importante da luta contra a guerra dirigida da Casa Branca.

Hoje, Haiphong pode bem ser considerado como símbolo da vitória do espírito internacionalista.

As águas minadas de Haiphong não puderam impedir que as armas, os alimentos, os medicamentos,

continuassem a chegar às mãos dos combatentes vietnamitas. A gigantesca ponte aérea proveniente das terras soviéticas foi a resposta concludente de Moscovo a Washington e a Pequim.

Sobre as terras mártires do Vietnam foi lançado tudo que a Casa Branca e os seus estrategos e técnicos conceberam como possível para aniquilar não só a resistência de um povo, mas a sua própria sobrevivência física, a sobrevivência de um território.

Os cálculos da Casa Branca falharam. Uma falha extraordinariamente importante no contexto do quadro político mundial e da consciência dos povos, da sua determinação na luta pela liberdade.

A consciência dessa realidade — que não pôde deixar de marcar de maneira indelével as relações entre o imperialismo e as massas em luta pela sua libertação, assumiu tal importância que Washington continua a tabelar hoje afirmações da sua política externa comparativamente à sequência dos acontecimentos no Vietnam. São elucidativas as suas múltiplas afirmações de princípio sobre «fidelidade» aos compromissos com os aliados (traduzindo — governos fantoches), o espalhafatoso alardear da força militar como elemento decisivo na «solução» de problemas políticos internacionais.

O povo vietnamita venceu pela guerra. Insistente e justamente tem sido destacado que tal facto é uma prova concludente de que um pequeno povo em luta pela liberdade pode enfrentar e derrotar a cabeça do imperialismo internacional. E isso é uma lição que é imperioso não esquecer, e que não será esquecida.

Por outro lado, a vitória do povo vietnamita constitui a mais cabal resposta às afirmações ocas de conteúdo sobre uma pretensa contradição entre a luta conduzida pelas forças progressistas pela paz e por um clima de distensão internacional, e a luta pela libertação dos povos.

Foi nesse clima de batalha pela coexistência pacífica e de imposição dos seus princípios que o Vietnam venceu. Com as armas fornecidas pelos mais abnegados obreiros da paz

mundial — os povos da União Soviética. Por seu lado, a grandiosa vitória do povo vietnamita constitui um inestimável contributo para o reforço desse clima, o seu alargamento a novas partes do mundo.

Uma interacção que não pode deixar de escapar aos políticos de pacótila, e que é ciosamente ocultada pelas sinistras mãos que os manobram.

A 30 de Abril de 75 as forças de libertação vietnamitas entraram em Saigão e raiou sobre todo o território do Vietnam a alegria transbordante do primeiro 1.º de Maio da liberdade.

Hoje o Vietnam está finalmente reunificado. O ideal apontado pelo seu grande dirigente e herói nacional Ho Chi Minh. O ideal de um povo que quiseram reduzir à escravidão. A Assembleia Nacional, eleita no passado dia 25 de Abril, reuniu-se para declarar a reunificação do país. Um passo de transcendente importância política para o povo vietnamita, que lhe permitirá avançar mais rapidamente nas imensas tarefas de reconstrução nacional em que hoje estão empenhados os que ontem lutavam de armas na mão e sobreviveram ao fogo vomitado sobre as suas terras, os jovens e as crianças escapadas à mais monstruosa operação de chacina desencadeada sobre uma nação.

Outros povos poderão extinguir os focos de guerra semeados pelo imperialismo e dedicar-se às tarefas da paz. O imperialismo ficará cercado por gente que trabalha e luta na única via que traz a liberdade e a felicidade para os seus filhos. Os bramidos de impotência, a ostentação das armas poderão cada vez menos contra o cerco de trabalhadores trabalhando para si, nas suas terras.

O povo vietnamita provou-o e prova-o. Em Washington, em Paris, em Bona ou em Londres, não se gosta de falar no Vietnam. É uma derrota amarga. Um exemplo que convém esquecer e muito particularmente fazer esquecer.

O exemplo do Vietnam pertence às forças progressistas. É um marco exemplar na história dos povos. Uma lição que cada revolucionário deve ter sempre presente.



O EX-CARRASCO VIVE SATISFEITO NOS EUA

Estas duas fotografias identificam o mesmo criminoso, responsável pelo assassinio de muitos patriotas que lutaram pela liberdade do Vietnam do Sul.

Numa, tirada em 1968, em Saigão, o chefe da polícia do regime terrorista, general Nguen Ngok Loan, coloca friamente o revólver nas têmporas de um combatente das forças patrióticas de libertação que foi feito prisioneiro. O seu destino está prestes a definir-se; dentro em pouco efectuar-se-á o disparo...

É de salientar que esta fotografia, publicada em todo o mundo como uma prova do terror imposto pelo governo de Saigão contra o povo do Vietnam do Sul, durante o domínio imperialista, testemunha momentos trágicos filmados por equipas internacionais de televisão em serviço na capital vietnamita, já no limiar da libertação.

A outra fotografia tirada há pouco tempo, perto de Washington, mostra o mesmo energúmeno, que sorri calmamente. Presentemente é proprietário de um restaurante chamado «Os Três Continentes», adquirido com o dinheiro roubado ao povo do Vietnam. «Não me queixo da vida», diz o ex-chefe da polícia, que encontrou abrigo nos Estados Unidos.





UNIDADES COLECTIVAS DE SETÚBAL PRONTAS A DEFENDER O NOSSO PÃO

Organizados e vigilantes, os operários agrícolas discutem as formas de aprofundar e defender o seu trabalho

«O perigo de se ver o pão devorado por mãos criminosas ou simplesmente incautas é enorme». Este é o alerta que pelas vozes de trabalhadores foi uma constante no I Encontro das Unidades Colectivas de Produção do Distrito de Setúbal, realizado em Alcácer do Sal. Presidido pelo Secretário de Estado de Estruturação Agrária, engenheiro Vítor Louro, o Encontro reguira uma larga participação de trabalhadores. Encontravam-se presentes o governador civil do distrito de Setúbal, Helder Nobre Madeira, o director do Centro Regional de Reforma Agrária dr. Parrança e representantes dos comandos distritais da

PSP e GNR, do comando do Regimento de Infantaria de Setúbal e do inspector de incêndios da zona Sul. A protecção de searas contra fogos, primeiro ponto da ordem de trabalhos, constitui uma das maiores preocupações dos trabalhadores que alcançaram, com o seu heróico esforço as maiores searas de sempre e temem pela sua segurança face às intenções terroristas da reacção que vem afirmando que a «Reforma Agrária é o tempo de um fósforo».

«Neste momento em que as searas constituem autênticos barris de pólvora, basta um simples fogacho para

desencadear um incêndio e destruir a riqueza que o nosso trabalho criou». Por isso, os trabalhadores concluíram pela necessidade do lançamento de campanhas através dos meios de Informação — RTP, RDP, e imprensa estatizada — no sentido de sensibilizar as populações para a prevenção contra os fogos», e inquiriram porque razão a GNR não aparecia nos campos para auxiliar a vigilância das searas. A este respeito, disse um trabalhador:

«Antes do 25 de Abril encontrava muitas vezes os soldados da GNR nas terras do agrário onde eu então trabalhava. Porque é que eles agora não aparecem nas terras do povo, quando nós gostávamos de os ver ao nosso lado?»

partir daí o cereal entregue ao Instituto e sob a sua inteira responsabilidade».

Os trabalhadores manifestaram-se ainda pela possibilidade de escoamento das unidades colectivas de produção directamente para o mercado consumidor, sem recurso a intermediários, com base em preços oficiais nunca inferiores aos da campanha transacta».

QUEM ENCOMENDA AS IMPORTAÇÕES DO COMÉRCIO INTERNO?

A programação da produção do próximo ano agrícola foi o último ponto debatido, salientando-se a necessidade de ser desbloqueado o crédito à agricultura e de se melhorar o apoio técnico às unidades colectivas».

Criticou-se severamente os actuais sistemas de comercialização, nomeadamente o Ministério do Comércio Interno que tem vindo a efectuar importações que colidem com as possibilidades da produção interna. Estão neste caso as importações de azeite, de gado bovino e de novilhos de engorda, que não vêm, de modo algum, impulsionar uma política de desenvolvimento pecuário. Perante a hipótese provável dos animais importados virem a ser canalizados para intermediários, procurando assim o estrangulamento das unidades colectivas e da pequena e média produção, foi solicitado ao Ministério de Agricultura e Pescas, um inquérito para apuramento das entidades a quem vão ser distribuídos os referidos animais.

Face à informação do Centro Regional da Reforma Agrária, segundo o qual terá sido estabelecido um acordo para a cedência de maquinaria das Forças Armadas ao Ministério de Agricultura e Pescas, os trabalhadores reunidos no encontro solicitaram às entidades militares a rápida concretização desta medida.

O aumento da produção e a sensível melhoria de vida dos trabalhadores nos campos, são factos indiscutíveis. Há que defender esta realidade e avançar na consolidação da Reforma Agrária, salientaram, com grande vibração, os trabalhadores no I Encontro das Unidades Colectivas do Distrito de Setúbal.

PROBLEMAS DE ARMAZENAMENTO EM DEBATE

«Face à maior produção cerealífera de que há memória no nosso país, deparamos inevitavelmente com a falta de celeiros e armazéns suficientes para recolherem toda a produção». Este um dos maiores problemas com que se debatem as unidades colectivas de produção. Sobre esta questão, já foi decidido pelos trabalhadores o aproveitamento de todos os armazéns e casas disponíveis para armazenamento. Mas esta solução proposta pelos trabalhadores é transitória e não resolve o armazenamento de cereais. Note-se que muitas destas instalações nas unidades colectivas encontram-se a cair de velhas, e constituem autênticos ninhos de ratos. O armazenamento de cereais cabe, ao Instituto de Cereais, que apesar de alertado para falta de instalações capazes de conter tão grande produção cerealífera (que atinge 1271 mil toneladas, enquanto a capacidade do IC é de 531 mil toneladas) não tomou medidas a tempo e horas, acenando agora com a importação de armazéns pré-fabricados. No entanto é muito provável que estes armazéns não cheguem a tempo para esta campanha.

Por outro lado a sua importação corresponde não somente à saída de importantes divisas como ainda se figura contraproducente num momento em que os trabalhadores da construção civil nacional se debatem com desemprego.

Como decisão do Encontro, foi resolvido que se iria proceder à «requisição de todas as instalações necessárias para o armazenamento de produtos que não possam ser recebidos pelo Instituto de Cereais», à «reparação das referidas instalações cabendo os encargos inerentes ao IC», e ao «recurso, se necessário, ao Crédito Agrícola de Emergência em condições excepcionais e livres dos encargos de juros, para recuperação das instalações das unidades colectivas onde se possam efectuar os armazenamentos bem como a desinfestação das mesmas».

O Encontro decidiu, também, que «os cereais que derem entrada em instalações não pertencentes ao IC deverão ser pesados, recolhidas as respectivas amostragens e selados os armazéns em que dêem entrada, considerando-se a

REFORMA AGRÁRIA: UMA CONQUISTA QUE É PRECISO CONSOLIDAR E DEFENDER

Embalada por circunstâncias que lhe parecem favoráveis a reacção tentará, de novo, o ataque à Reforma Agrária. A resposta é só uma: reforçar a organização e a unidade dos operários agrícolas e camponeses pobres e a sua aliança com o proletariado industrial

Mais difícil do que ganhar a Revolução é mantê-la. Eis uma expressão que bem se ajusta à Reforma Agrária. De facto, Reforma Agrária constitui uma das mais importantes vitórias das massas trabalhadoras impulsionadas pelo entusiasmo revolucionário que o 25 de Abril desencadeou. Podemos dizer que se não fosse a firme determinação dos trabalhadores, e particularmente dos operários agrícolas e pequenos e médios agricultores alentejanos, a lei da Reforma Agrária consagrada na Constituição não corresponderia aos legítimos interesses do povo português.

Factor determinante para que as conquistas populares alcançadas no âmbito da Reforma Agrária tivessem na Constituição a expressão à medida dos anseios do povo trabalhador, foi, sem dúvida, a batalha do nosso Partido na Assembleia Constituinte quer contra partidos de direita quer contra outros, que não o sendo, lhe aparavam os golpes. Perdido o campo para boicotar no papel a Reforma Agrária, a reacção lançou-se em ataques e atentados que mais não procuravam do que deter e fazer mesmo recuar a sua realização.

Ainda aqui a influência do nosso Partido foi decisiva para criar as grandes linhas de defesa da Reforma Agrária: por um lado, o incentivo à organização, à vigilância e ao combate pelo aumento de produção que a todos os níveis do nosso Partido encontrou fortes incentivos: basta citarmos o nosso «Avante!» que como *nemum outro jornal* testemunhou o esforço heróico dos trabalhadores alentejanos. Por outro lado, a solidariedade da classe operária das zonas industriais para com a Reforma Agrária, a concretização em moldes criadores da aliança entre o proletariado da cidade e as massas trabalhadoras do campo, expressa no nosso Programa como uma necessidade inerente ao desenvolvimento do processo revolucionário.

Mercê desta defesa, as forças reacçãoárias, apesar de todas as suas tentativas, só conseguiram beliscar a Reforma Agrária. Mas não nos iludamos. A Reforma Agrária constitui uma conquista revolucionária impossível de digerir pela direita e, desde o momento em que esta se sinta com uma base mais larga de poder tudo fará, novamente, para derrotar a Reforma Agrária.

É lógico que assim seja. Como poderia a reacção suportar a brutal machadada que foi a Reforma Agrária no poder dos latifundiários e outros exploradores do povo? Os operários agrícolas, homens e mulheres, que puderam criar sindicatos, negociar salários mais dignos e outras condições de trabalho, o camponês pobre que assistiu ao desmantelamento da organização corporativa fascista da Lavoura, que viu promulgadas as leis de arrendamento rural, de extinção dos baldios, de extinção de foros que, pela primeira vez beneficiou de garantias de preços para algumas colheitas de crédito agrícola e facilidades de escoamento de produtos, e que usufrui hoje dos principais benefícios da segurança social, sabem profundamente as razões porque a reacção, enquanto tiver possibilidades de actuar — e neste futuro imediato encontra-se encorajada — jamais deixará de tentar recuperar o terreno perdido.

Os latifundiários que viram ser-lhes expropriadas as terras onde durante quase meio século trouxeram a mão e o que supunham ser um bando de escravos, e que vêm sob as mãos dos trabalhadores agrícolas estas terras tornarem-se searas de abundância, malgrado a sabotagem económica, ensaiarão tirar partido de uma situação que se lhes afigura mais favorável.

Perante isto, a acção dos trabalhadores, operários e camponeses, terá de manter-se ainda com maior determinação: reforçar a sua aliança, persistir na organização das suas associações de classe e associações económicas, continuar a batalha pelo pleno emprego e pela produção — que atingiram uma vitória que ultrapassa o domínio da Reforma Agrária e representa um passo em frente para a conquista da independência nacional.

Mas a defesa da Reforma Agrária não cabe apenas ao povo trabalhador das zonas onde ela se exerce. A Reforma Agrária é uma conquista de todo o povo e como tal este tem de defendê-la. Nesta defesa, a posição da classe operária das zonas industriais, hoje como ontem, terá de ser cerrar fileiras com os camaradas do campo, incrementar a solidariedade activa. E jamais perder-se de vista que a Reforma Agrária representa um terreno onde a classe dos exploradores foi claramente derrotada, e como tal, é uma vitória magnífica de toda a classe trabalhadora.

A «COOPERATIVA DA REFORMA AGRÁRIA» SERVE OS INTERESSES DE TODO O POVO

Jogando com o grave problema da comercialização de produtos agrícolas, as forças de direita e conservadoras tudo têm feito para manter o reino dos intermediários e para estrangularem as unidades colectivas de produção, criando assim sérias dificuldades à Reforma Agrária. Como resposta a estas tentativas das forças da reacção e no sentido de defender e consolidar a Reforma Agrária, foi criada a CRA, Cooperativa da Reforma Agrária que vem resolver problemas de escoamento dos produtos agrícolas das unidades colectivas de produção e proporcionar a venda directa ao consumidor a preços muito mais acessíveis, nomeadamente a comissões de moradores e trabalhadores e às cantinas das empresas. Assim, as comissões de moradores e de trabalhadores já podem dispor de azeite muito mais barato, que vem da unidade colectiva de produção de Campo Maior, de borrego, e de outros géneros.

Hoje, os trabalhadores da Lisnave são abastecidos directamente por unidades colectivas de produção. Por isso conseguem preços mais baixos que permitirão, já este ano, reduzir em 55 mil contos os encargos com os refeitórios da empresa nos quais são servidas cerca de 20 mil refeições diárias.

Através de factos concretos os trabalhadores portugueses vão experimentando, no seu dia a dia, que a Reforma Agrária

representa uma real melhoria das condições de vida não só dos trabalhadores da agricultura mas também dos da indústria e de outros sectores da economia nacional. Por isso cada vez mais os trabalhadores portugueses constituem uma barreira intransponível a todos os ataques que a reacção não deixa de desencadear contra a Reforma Agrária.

ria representa uma real melhoria das condições de vida não só dos trabalhadores da agricultura mas também dos da indústria e de outros sectores da economia nacional. Por isso cada vez mais os trabalhadores portugueses constituem uma barreira intransponível a todos os ataques que a reacção não deixa de desencadear contra a Reforma Agrária.

TRABALHADORES DA EUROPA ESTÃO SOLIDÁRIOS COM A REFORMA AGRÁRIA

«Um tractor para Portugal» é o slogan à volta do qual sectores progressistas de diferentes países europeus desenvolvem uma intensa actividade de informação sobre a Reforma Agrária no nosso país e de recolha de fundos no quadro dos organismos sindicais.

Como resultado desta campanha, o Comité de Apolo da Dinamarca, que centraliza a acção de solidariedade que se estende já à Suécia, Noruega e Finlândia, enviou ao nosso país uma delegação constituída por dois sindicalistas e por uma estudante dinamarquesa. Esta delegação ofereceu para fundos da Reforma Agrária a importância de 375 mil escudos com os quais será possível adquirir um tractor vinícola com reboque e pulverizador para a Quinta de S. João, unidade colectiva do concelho de Alpiarça.

Os democratas dinamarqueses salientaram que a Reforma Agrária entrou numa fase superior relativamente ao seu desenvolvimento no passado mês de Fevereiro — altura em que nos visitaram pela primeira vez — notando que «começa a inserir-se na economia nacional, nomeadamente no

sector industrial». A campanha internacional em movimento assume particular significado no quadro da solidariedade internacionalista. A Reforma Agrária, conquista essencial do povo português no decorrer do processo revolucionário, constitui para os trabalhadores de todo o mundo um estímulo na sua luta contra o capitalismo

e o imperialismo. Apoiando a nossa Reforma Agrária, os trabalhadores da Europa não estão somente a contribuir, com a sua ajuda fraterna, para a vitória do povo português mas ainda a esclarecer e mobilizar para a luta cada vez mais amplas camadas de população dos países dominados pelo sistema capitalista.

OPERÁRIOS E CAMPOSES UNIDOS NA MESMA LUTA

A solidariedade nacional para com a Reforma Agrária tem demonstrado que as massas trabalhadoras estão conscientes da importância fundamental desta grande conquista revolucionária da batalha pela melhoria das condições de vida do povo português, pela independência nacional, pela paz, pela democracia, pelo socialismo.

Os operários da região industrial do país não têm poupador forças para apoiar os camaradas que, com o seu trabalho, vão tornando a Reforma Agrária uma magnífica realidade. Quer através de campanhas de fundos, quer construindo máquinas agrícolas, o proletariado industrial tem estado e continuará a estar, de modo inequívoco, com a Reforma Agrária.

Também trabalhadores dos serviços, comércio e outros, testemunham a sua solidariedade activa às unidades colectivas de produção. Por outro lado, comissões de moradores, associações de escolas e outras organizações, pessoal de saúde e assistência, através de variadas iniciativas que são exemplo da capacidade criadora das massas populares, têm estimulado entusiasticamente a Reforma Agrária.

Alguns exemplos mais recentes vieram da Marinha Grande em que os trabalhadores da Indústria Vidreira conduziram vibrantes jornadas de solidariedade com a Reforma Agrária. Ainda na Marinha Grande, os trabalhadores do Tribunal constituíram uma Comissão de Apoio à Reforma Agrária.

Habitantes de Montforte, residentes fora da sua terra de naturalidade, formaram um grupo de apoio às cooperativas do concelho de Montforte, declarando: «Temos, pois, todos os amigos de Montforte, de unir os nossos esforços e manifestar aos camponeses a nossa solidariedade prestando a nossa ajuda para que tão grande esforço frutifique demonstrando o caminho justo e certo que os camponeses de Portugal, difícil mas seguramente, trilham».

Os trabalhadores da Lisnave estão nas primeiras fileiras do exército de solidariedade à Reforma Agrária. Depois das últimas jornadas de apoio realizadas à Cooperativa de Barcouço, os trabalhadores da Lisnave ofereceram à Cooperativa Agrícola «Companheiro Vasco», em Arronches, 500 contos de maquinaria agrícola.

Esta solidariedade, da qual demos apenas alguns exemplos, constitui uma das garantias mais firmes no futuro da Reforma Agrária. Ampliá-la, intensificá-la, sem fraquezas nem hesitações, é um dever revolucionário.

Ler e divulgar o «AVANTE!» é ajudar o Partido

O EXEMPLO DOS JOVENS

Crianças e adolescentes de diversas regiões, descobrem o país novo que operários agrícolas e camponeses, de mãos unidas, fazem nascer nos campos das cooperativas e unidades colectivas de produção.

A Reforma Agrária mobiliza a jovem geração em cujos ombros se avizinha a tarefa de continuar a transformação da sociedade portuguesa, ainda marcada pela terrível herança do fascismo, ainda flagelada por contradições que correspondem à insensibilização da luta de classes.

Na Amora, localidade do distrito de Setúbal, cerca de 400 crianças que frequentam estabelecimentos de ensino da região, decidiram por maioria, ainda que as alternativas fossem diversas, deslocar-se em excursão numa visita a unidades colectivas de produção do distrito de Évora. Esperava-se um programa de actividades recreativas e um almoço oferecido por uma cooperativa do distrito. As crianças viram as searas abundantes como jamais houve neste país e confraternizaram com os homens que, com o seu labor, constroem um país menos dependente, aprendendo o exemplo de verdadeiro patriotismo de que dão provas os trabalhadores do Alentejo.

Também os adolescentes aprendem o caminho da Reforma Agrária através de um contacto directo com trabalhadores agrícolas. Vindos de Castelo Branco cerca de trezentas pessoas entre alunos e professores do Liceu Nacional visitaram a herdade colectiva «21 de Fevereiro» em Benavila, no distrito de Portalegre. Adolescentes estes que serão os melhores arautos da obra grandiosa que os operários agrícolas e os camponeses estão desenvolvendo nas terras da Reforma Agrária.

Também o Secretariado das Associações de Escolas do Distrito de Setúbal manifestou a sua plena solidariedade com o processo da Reforma Agrária entregando um donativo de vinte contos à Liga de Pequenos e Médios Agricultores do concelho do Sobral. Em encontro, realizado no largo do Coreto, no Sobral, um representante do Secretariado das Escolas salientou que «esta jornada de solidariedade dos estudantes do distrito de Setúbal com os pequenos e médios camponeses e a Reforma Agrária é uma prova de que os estudantes organizados em torno das suas associações estão ao lado do povo trabalhador, empenhados na defesa das conquistas revolucionárias».

Este facto, cada vez mais relevante, da unidade e mobilização dos jovens em torno dos operários agrícolas e camponeses constitui mais um índice da força indestrutível da Reforma Agrária e da certeza da sua consolidação.

A MAIOR COLHEITA DE SEMPRE

«Os cães ladram e a caravana passa» é um provérbio popular que se adapta, também, à Reforma Agrária. Só que no caso, os cães não se limitam a ladrar... Têm ficado raivosos e tentam morder. Mas a caravana passa... E de ano para ano, os trabalhadores das unidades colectivas de produção passam, cada vez com maior sucesso, pelas dificuldades que a reacção e coniventes não deixam de lhes levantar.

Assim, a campanha cerealífera deste ano será a maior de sempre. De acordo com as previsões de estatísticas agrícolas alimentares do Instituto Nacional de Estatística, atingiremos a produção de cereais da ordem de um milhão e 271 mil toneladas, assim distribuídas: Trigo 866 mil toneladas, centeio 148 mil toneladas, aveia 143 mil toneladas, cevada 114 mil toneladas. Deste modo, as necessidades de importação do país decrescerão

consideravelmente, prevenindo-se apenas em relação ao trigo a compra ao estrangeiro de 200 mil toneladas. Tal facto constitui uma importante poupança de divisas.

Neste momento em que começou já a ceifa, os trabalhadores das unidades colectivas de produção no Alentejo manifestam um orgulho sadio em colher a riqueza semeada não apenas em seu único proveito mas em benefício de todo o povo português. E sentem ainda orgulho e alegria em defendê-la com o desvelo com que se cuida uma criança indefesa. Os trabalhadores, os moradores e os militares defendem o pão dos portugueses, unidos na operação «Boa Colheita», operação de vigilância jamais desarmada. E por muito que os cães ladrem e até aguçem o dente a caravana passa inevitável e certa como o sol que todos os dias doura mais a maré abundante de searas.

